



A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Declaro iniciada a quarta reunião de audiência pública da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Esta reunião foi convocada com a finalidade de ouvir o Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Sr. Nelson Barbosa, que se encontra à mesa e prestará esclarecimento acerca dos projetos da Lei Orçamentária para 2016, do Projeto de Lei nº 7, de 2015, do Congresso Nacional, e do Plano Plurianual para o período 2016-2019, conforme dispõe o art. 84 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional.

Encontram-se presentes aqui também, junto ao Ministro, a Sra. Esther Dweck, Secretária de Orçamento Federal do Ministério de Planejamento Orçamento e Gestão; o Relator do Projeto Plano Anual — PPA, Deputado Zeca Dirceu; o Relator do Projeto de Lei Orçamentária, Deputado Ricardo Barros; o Relator da Receita do Projeto de Lei Orçamentária de 2016, Senador Acir Gurgacz.

Para melhor ordenamento dos trabalhos, eu comunico que, de acordo com o estabelecido no art. 398, incisos IX e X, do Regimento Interno do Senado Federal, o palestrante, o Sr. Ministro, disporá de 30 minutos para fazer a sua exposição, só podendo ser aparteado se eu permitir.

A lista já está aberta, alguns já se inscreveram. Conforme estipulado no art. 398, inciso X, do Regimento Interno do Senado Federal, os Srs. Parlamentares inscritos para interpelar o expositor poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de 5 minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica pelo prazo de 2 minutos.

Antes de dar a palavra ao Ministro Nelson Barbosa, quero fazer uma proposta se todos estiverem de acordo, se nós todos concordarmos. Hoje nós temos várias CPIs e várias outras Comissões funcionando. Há uma Comissão dos vetos no Senado. Como abrimos esta reunião agora, às 15 horas, se nós fizéssemos 2 horas de reunião, aproveitando ao máximo esta reunião, poderíamos ainda trabalhar nas outras Comissões.

Sr. Ministro, V.Exa. sabe que, sempre que comparece à nossa Comissão, isso é muito importante para todos que o ouvem e fazem indagações, para



esclarecer todas as dúvidas que temos e até formar convicções e opiniões acerca do momento atual.

O momento, Ministro, desde a última vez que V.Exa. esteve aqui — e eu lhe dizia isso há pouco —, o momento é de muita incerteza. Eu sei que toda a trajetória das ações, dos debates, das propostas que são apresentadas à mídia e ao Parlamento, vai no sentido de encontrar o caminho desses ajustes para que se possa dar tranquilidade ao País ou fazê-lo sabedor das dificuldades e desafios que tem pela frente. Mas a sensação predominante que nós temos nas ruas e no mercado financeiro é que, mesmo diante dos anúncios das medidas para cumprir o rombo de 30,5 bilhões no Orçamento, a turbulência ainda insiste.

Há um grau muito maior para ser administrado, e nós devemos admitir que esta Comissão tenta fazer isso à luz da lógica das propostas e tudo o mais. Esta semana, com a forte oscilação do dólar, V.Exa. pôde imaginar o impacto, ainda que tenha havido a intervenção do Banco Central, que deu um certo direcionamento — e vamos dizer que o Banco Central demorou bastante a fazer isso, mas fez. E já que a população já estava sem sono, o Governo também, realimentou-se o cenário que tanto gera efeitos negativos, que complicam ainda mais a nossa economia.

Nós não podemos deixar de registrar aqui, Sr. Ministro, a atuação firme e pontual da área econômica — eu estou sempre a elogiando —, pela disposição que têm V.Exa. e o Ministro Levy também. E agora vou dizer: até o Banco Central — eu não podia dizer antes —, que agiu rápido ante essa queda do dólar, a qual tanto chamou a atenção da opinião pública.

Podemos, assim, dizer que o fogo que se alastrava na economia — vou usar uma expressão que sempre acabo usando nas nossas reuniões — foi contido momentaneamente, mas é preciso que saibamos como V.Exa. — ou a equipe, em conjunto — pretende apagar de vez esse incêndio, que toda hora parece tomar conta das vestes do povo brasileiro.

Por isso, nós estamos aqui, a partir de agora, prontos para ouvi-lo, para debater todas as medidas encaminhadas pelo Governo, para perguntar sobre as nossas dúvidas. E para aquilo que, seguramente, não tiver a resposta pronta e acabada, nós aguardaremos uma oportunidade para que possamos sanar as nossas dúvidas todas e saber muito mais ainda sobre as contas públicas do Executivo.



E nós gostaríamos também que V.Exa. abordasse as dívidas do Legislativo, porque agora, sim, nós já temos um Orçamento mais realista, depois da última mensagem que foi mandada, cujo Relator é o Deputado Ricardo Ferraço.

Temos aqui à mesa o Vice-Governador da Bahia. Eu não posso falar “o saudoso Deputado”, porque S.Exa. não morreu ainda. *(Risos.)* Refiro-me ao sempre saudoso Deputado João Leão.

Concedo a palavra, com muito prazer, ao Ministro do Planejamento, Nelson Barbosa.

O SR. MINISTRO NELSON BARBOSA - Obrigado, Presidente. Eu queria cumprimentá-la e cumprimentar o Deputado Ricardo Barros, o Deputado Ricardo Teobaldo, o Vice-Governador João Leão e todos os demais Parlamentares aqui presentes.

Respondendo um pouco às colocações que a senhora já fez no início, quero dizer que nós estamos em um processo de reconstrução e de reequilíbrio macroeconômico. Nós estamos em um processo de lidar com os problemas que nós temos no curto prazo e, ao mesmo tempo, construir as bases para um novo ciclo de crescimento. Nós estamos no meio dessa transição. Essa transição envolve várias ações, envolve vários aspectos da economia brasileira e afeta vários segmentos de diferentes formas.

Esse é um processo que começou já desde o final do ano passado. É um processo que ainda está em curso, como as senhoras e os senhores sabem. Outras medidas já estão em discussão no Congresso ou já foram enviadas ao Congresso Nacional.

Só para relembrar um pouco o que é essa sequência, o que é essa estratégia do Governo na questão da recuperação do crescimento, basta lembrar que a gente começou o ano com uma política de revisão de vários subsídios e também de realinhamento de preços. Houve um grande esforço de realinhamento de preços. Houve um realinhamento de preços de energia, houve variação de preço dos combustíveis, houve realinhamento até da taxa de câmbio, dos preços internacionais.

Esse realinhamento de preços gera, no curto prazo, um aumento temporário da inflação. Para combater esse aumento temporário da inflação, foi necessário



e elevar a taxa básica de juros. A inflação subiu; a taxa básica de juros subiu. A nossa taxa de juros, hoje, em termos reais, se pegarmos os últimos 12 meses, está em 2,6% ao ano, maior do que estava no final do ano passado. Mas a taxa básica de juros subiu junto com a inflação na economia. E isso tem um custo, obviamente, mas é um remédio necessário para evitar que esse aumento pontual de preços se transforme em um aumento permanente da inflação.

Essa estratégia já começou a mostrar alguns resultados. Já houve uma desaceleração da inflação no mês passado. E a gente trabalha para que isso seja uma nova tendência, que a gente possa ter uma desaceleração da inflação mais forte no próximo ano.

A variação cambial, seja por motivos internos, seja por motivos externos, porque também houve uma grande variação no chamado preço de *commodity* internacional, também está promovendo um reequilíbrio das nossas relações comerciais e financeiras com o resto do mundo. O saldo comercial está crescendo. A gente deve ter este ano um déficit em conta corrente menor do que se esperava no ano passado. Essa variação do câmbio já está aumentando a competitividade em alguns setores, está levando à substituição de importações. Só que esse processo também leva um tempo, até que a economia se readapte e se ajuste a essas novas estruturas de preços. Leva um tempo programar linhas de produção, abrir novos negócios. Mas o ajustamento externo também está em andamento, e isso é medido pela elevação do saldo comercial e pela redução do déficit em conta corrente.

E há a terceira e mais importante parte desse esforço de reequilíbrio macroeconômico, que é a recuperação fiscal: recuperar a capacidade do Governo de produzir um resultado primário num nível suficiente para manter estável a dívida pública. Isso é uma condição necessária para a estabilidade econômica.

Devido à queda do nível de atividade e devido a vários outros fatores, essa tarefa é uma tarefa que leva mais tempo. O tempo da política fiscal é um pouco mais prolongado. Como a maior parte dos gastos que nós temos é obrigatória, a maior parte das ações sobre o gasto envolve aprovação de medidas legislativas pelo Congresso Nacional. Isso está em andamento. Já foram aprovadas várias iniciativas — agradeço a todas as senhoras e os senhores que aprovaram as medidas que nós enviamos no primeiro semestre —, e há novas medidas já em discussão, seja nas



MPs do Programa de Proteção ao Emprego, da Regra 8.595, seja nas medidas mais recentes que nós enviamos ao Congresso Nacional.

Esse é o ciclo legislativo, o ciclo orçamentário, e a política fiscal é a perna mais importante desse esforço, porque ela é a base, é a âncora da estabilidade. Com a estabilidade fiscal, você garante, por exemplo, a estabilidade da taxa de câmbio, você garante estabilidade à inflação. Sem estabilidade fiscal, nenhuma dessas outras variáveis vai ter uma âncora, um ponto de equilíbrio. E é preciso, então, construir isso.

Mas esse é um processo gradual, é um processo que envolve, como eu falei — em uma democracia, é bom que seja assim —, que o Executivo faça suas propostas e que isso seja apreciado pelo Legislativo.

Nós entramos em uma fase agora em que a maior parte das ações são ações legais, não são ações administrativas, não são ações que o Governo pode tomar por portaria ou por decreto. São ações que precisam de leis e, algumas delas, até de emenda à Constituição. É essa fase com que nós nos defrontamos.

Mas eu queria colocar, como foi até bem colocado pela Presidente, também uma mensagem de otimismo. O Brasil tem todos os instrumentos necessários para resolver os seus problemas. A sociedade brasileira, o Governo brasileiro, o Estado brasileiro e o Congresso Nacional têm todos os instrumentos e as variáveis para resolver os nossos problemas. Cabe a nós decidir como vamos resolver e em que velocidade.

Eu acho que há uma convergência na direção das medidas a serem tomadas. É preciso recuperar o resultado primário, controlar o crescimento do gasto público, recuperar a receita do Governo. Há várias formas de fazer isso. E há, obviamente, opiniões divergentes ou convergentes sobre a velocidade, sobre qual o melhor instrumento.

Portanto, a gente tem que trabalhar nisso. Eu acho que este é o grande desafio atual para nós do Poder Executivo, para a classe política, para a classe dirigente do Brasil como um todo: construir essa solução, sabendo que neste momento, que é um momento de travessia, isso envolve algumas escolhas difíceis. Não estamos falando de escolhas fáceis, estamos falando de escolhas difíceis, de reduzir o crescimento de um gasto, cortar um gasto, recuperar uma receita; são



difíceis, mas são necessárias. Não vamos deixar de fazer o necessário porque ele é difícil. A gente tem que fazer o que é necessário, e isso vai dar fruto. Isso vai permitir uma estabilização tanto da taxa de câmbio quanto da taxa de juros, vai permitir uma redução da inflação, e estas são condições necessárias para a recuperação do crescimento.

Em paralelo a isso, nós temos também várias iniciativas para recuperar o crescimento da economia. Nós temos um programa de investimentos que está em andamento. Esperamos, por exemplo, nesta semana ou na próxima, que o TCU vá analisar a possibilidade de utilizar outorga no leilão de portos, só para citar um exemplo. Isso vai poder viabilizar o leilão dos portos, talvez já começando neste ano. Há o programa de concessões de aeroportos, rodovias e ferrovias, que está em andamento.

A depreciação do real tem um lado ruim, pressiona a inflação no curto prazo, mas, por outro lado, também torna investimentos no Brasil mais atraentes, do ponto de vista do investidor externo.

Portanto, nós estamos nessa agenda de, por um lado, construir as bases de um novo ciclo de crescimento, que significa estabilizar a política fiscal, monetária e cambial; e, ao mesmo tempo, lançar o que serão esses principais fundamentos e, digamos, essas avenidas de crescimento para a economia brasileira, sendo a principal delas uma recuperação puxada pelo investimento em infraestrutura, seguida da recuperação dos investimentos em construção civil de residências, seguida da reparação do consumo. À medida que a inflação cair, a taxa de juros vai poder voltar a cair, o nível de atividade vai se estabilizar. E aí você pode ter as bases para criar um novo ciclo de expansão, também do consumo das famílias.

Os desafios que nós temos pela frente são grandes, mas são desafios superáveis, que dependem de uma atuação do Governo brasileiro, do Estado brasileiro. O Executivo está apresentando suas propostas, e essas propostas obviamente podem e devem ser melhoradas e aperfeiçoadas pelo Congresso Nacional.

Essa é a mensagem que eu também gostaria de passar. Por maiores que sejam os desafios que nós temos, nós temos todos os instrumentos necessários para enfrentá-los. É uma questão de construir um consenso político de qual será a



direção das medidas — acho que isso é um consenso — e em qual velocidade nós vamos adotar essas medidas.

Eu trouxe aqui uma apresentação, que as senhoras e os senhores têm em mãos. É uma apresentação longa. Eu não vou apresentar todos os pontos. Eu queria só deixar com todos vocês as informações. Vou passar rapidamente por ela, parando em alguns pontos que eu gostaria de enfatizar.

O objetivo desta audiência é falar sobre o Plano Plurianual para 2016 a 2019 e sobre o primeiro passo, que é Projeto de Lei Orçamentária para 2016.

Nós estamos no início do novo ciclo fiscal. Por que no início do novo ciclo fiscal? Diz a Constituição brasileira que no primeiro ano de todo mandato presidencial deve ser enviado ao Congresso Nacional um plano para os 4 anos seguintes, botando as prioridades do Governo. E esse plano dá as diretrizes, dá uma visão de médio prazo, digamos assim, de qual vai ser a execução fiscal do Governo. O primeiro passo dessa execução fiscal é traduzida na proposta de lei orçamentária.

Só para começar, na imagem temos o que foram os eixos estratégicos dos planos anteriores, resgatando o Plano Plurianual 2004 a 2007, de 2008 a 2011, de 2012 a 2015. Em linhas gerais, o que foi proposto, de uma forma ou de outra, aconteceu. As diretrizes colocadas pelo Plano Plurianual — o Governo submete a sua proposta e depois o Congresso aperfeiçoa e aprova — têm, de uma forma ou de outra, dado a linha do desenvolvimento da política fiscal nos próximos anos.

Lembramos que no primeiro Plano Plurianual aprovado pelo Presidente Lula a prioridade era inclusão social: desconcentrar a renda, com valorização do salário mínimo. Foi feito. No segundo Plano Plurianual, elaborado também pelo Presidente Lula, de 2008 a 2011, manutenção e expansão dos investimentos em infraestrutura, com o PAC e o Minha Casa, Minha Vida. Foi feito. O PPA 2012 a 2015, feito pela presidente Dilma, teve como principais metas a erradicação da pobreza e qualificação da mão de obra, com o PRONATEC e o Programa Ciência sem Fronteiras. Foi feito. Foram ampliados o combate à pobreza e foram ampliados o PRONATEC e o Ciência sem Fronteiras.



Essas diretrizes são colocadas, e obviamente isso é uma construção. Nós estamos na fase em que nós construímos a nossa proposta, e agora a submetemos ao Congresso Nacional.

Como isso foi construído? Foi feita uma construção participativa. Foram feitas 120 oficinas temáticas, envolvendo 4 mil técnicos, para que o Governo pudesse ouvir a sociedade na construção dessa proposta a ser apreciada pelo Congresso Nacional. Dentro desse processo, nós terminamos convergindo para quatro eixos estratégicos do PPA.

O primeiro deles é educação de qualidade. Investir em capital humano é uma das formas para aumentar a produtividade e, principalmente, é um dever do Estado para melhorar o acesso das pessoas, para poderem exercer melhor sua cidadania.

Continuar com a inclusão social e a redução da desigualdade. Mesmo no contexto mais adverso, macroeconomicamente, chegou a hora de consolidar os avanços dos últimos anos. Se a gente não pode avançar mais rapidamente, como achávamos que faríamos no passado, que nós consigamos consolidar os avanços que tivemos nos últimos anos. Acho que esse é o desafio.

Ampliar a produtividade e a competitividade da economia, com ênfase em investimentos públicos e privados, principalmente com essa coordenação: mais puxada pelo investimento privado, mas com coordenação e apoio, seja no programa de concessões, seja na melhoria do chamado ambiente de negócio, com a realização de investimento. É o terceiro item em foco.

E o quarto é o fortalecimento das instituições públicas, melhorando o controle social, a transparência, a prestação de contas, que é um processo que já vem desde a redemocratização, processo que vem continuando.

Esses são os eixos estratégicos da proposta do PPA.

Há vários destaques deste ano que eu vou entregar para as senhoras e os senhores. Minha equipe está à disposição. Esse é um projeto longo, que vai ser discutido amplamente nesta Comissão.

Na sequência, há uma série de destaques. Eu vou falar só dessa primeira página.

No caso da Saúde, o objetivo para 2016 e 2019 é ampliar de 39 mil para 46 mil as equipes de Saúde da Família; ampliar de 18,2 mil para 20,3 mil médicos,



brasileiros e estrangeiros, em regiões prioritárias para o SUS (Programa Mais Médicos).

Educação: apoiar a oferta de educação pública em tempo integral para 5 milhões de alunos; apoiar a construção de 3 mil escolas; ampliar em 1,4 milhão o número de matrículas em instituições federais de ensino superior; ofertar 5 milhões de vagas em cursos técnicos de formação inicial e continuada do PRONATEC

Trabalho Decente e Economia Solidária: realizar 18,5 milhões de operações de microcrédito produtivo orientado.

O que eu procurei fazer neste eslaide e nos próximos foi traduzir o PPA — que é um instrumento de planejamento fiscal e tributário — em indicadores que afetam a vida da população. Por trás de cada programa, por trás de cada valor que está no PPA, há uma meta quantitativa: aumentar o número de médicos, melhorar o número de creches, melhorar o programa de vacinação. É isto o que o PPA coloca, o valor e quais são as metas quantitativas associadas àquele valor, para que a qualidade e a efetividade do gasto possam ser medidas.

Há vários destaques. Eu vou passar por isso e vou direto ao projeto de lei orçamentária, mas esses detalhes vão ser objeto, eu entendo, dos Relatores, das Comissões temáticas especiais que vão analisar o PPA — Plano Plurianual..

Vamos ao PLOA — Projeto de Lei Orçamentária Anual. Antes de começar o PLOA, eu gostaria de recuperar uma coisa que nós já apresentamos aqui, por ocasião daquela reunião de trabalho, que é o tamanho do esforço fiscal que já foi feito neste ano. Acho que é importante valorizar todo o esforço fiscal que o Brasil, que a sociedade brasileira está fazendo neste ano. Já foi feita uma série de medidas que têm possibilitado uma melhora do resultado fiscal, mas, ainda assim, é preciso fazer mais.

Por que é preciso fazer mais? O primeiro eslaide mostra a evolução da arrecadação de impostos e contribuições do Governo Federal. O que são esses impostos e contribuições? São as contribuições, como PIS, COFINS, CIDE, e os impostos, como IPI, Imposto de Renda, que são as arrecadações tributárias do Governo, exceto Previdência Social.

Eu coloquei um gráfico bem longo mostrando, desde 1997, que há uma grande elevação da receita no ajuste que foi feito, no final dos anos 90, depois a



receita se estabiliza em torno de 15% do PIB. Desde a crise de 2008, ela estava flutuando em torno de 14% do PIB, e este ano está em 13,4% do PIB.

Então, nós estamos com uma receita hoje de impostos e contribuições, excluindo Previdência, no mesmo nível em que nós estávamos mais ou menos no ano de 2001. Do ponto de vista do Governo Federal, a arrecadação de impostos e de contribuições não subiu, o que subiu foi a contribuição para a Previdência e a arrecadação de *royalties*, mas a arrecadação de impostos e contribuições tem permanecido relativamente estável, nos últimos 4 anos, e ela caiu, houve uma mudança de patamar a partir da crise de 2008.

É por isso que o desafio fiscal é um grande desafio, nós estamos trabalhando com uma receita que mudou de patamar, a partir de 2008, e estamos procurando recuperar essa receita, o que envolve medidas legislativas e sobretudo a recuperação do crescimento da economia.

O outro eslaide é para mostrar a receita que mais cresceu: a evolução da arrecadação da Previdência, que flutuava em torno de 4,7% do PIB até o ano de 2003. Aí, houve um grande processo de formalização e aumento de desemprego, e ela sobe e atinge 5,8% do PIB em 2012. Desde então, ela tem ficado mais ou menos estável em 5,8% e 5,7%.

Aquela linha escura é a receita efetiva da Previdência; a linha pontilhada acima é a receita total, porque o Tesouro compensa a desoneração da folha. Então, aquilo é a receita com a compensação do Tesouro, pelo gasto da desoneração da folha. Então, aquilo cresceu porque o Tesouro está compensando mais a desoneração da folha.

Uma das medidas que as senhoras e os senhores aprovaram foi a revisão do programa de desoneração da folha de pagamento, que vai aproximar essas duas curvas, vai fazer a curva de baixo subir e a curva de cima ficar estável ou cair e vai melhorar a situação da Previdência.

Mas isso também é para mostrar que o que cresceu mais foi a contribuição para o INSS, devido à formalização da economia, ao aumento de emprego e ao Programa Super-SIMPLES, que aumentou bastante a formalização da economia. Isso atingiu um pico, no ano de 2012, e desde então está estável.



Então, esse é outro desafio, é um outro lado do aumento do déficit da Previdência, porque a receita parou de crescer em proporção do PIB, sendo que as despesas continuam crescendo. É por isso que enfrentar a questão da Previdência também é uma agenda em que nós temos de avançar, tanto no curto prazo, com a aprovação da medida provisória que está aqui no Congresso Nacional, da Regra 85/95, quanto com a análise de novas propostas de mais médio e longo prazo para melhorar a situação da Previdência.

O resumo do esforço fiscal que já foi apresentado neste ano dá 134 bilhões. Se a gente pegar todas as medidas que o Governo adotou, desde o final do ano passado, sejam as medidas infralegais, como decretos e portarias, sejam as medidas legais, como MPs e projetos de lei aprovados pelo Congresso Nacional, o total dá 134 bilhões. A redução de despesa discricionária foi de 82 bilhões, 61% desse esforço é redução de despesa discricionária, chamada de contingenciamento, mais uma redução do volume de concursos previstos para este ano.

Depois, houve a redução de despesa obrigatória com as MPs que foram aprovadas e outras medidas; uma revisão de desonerações; a atualização monetária e de tarifas e a elevação de receitas. A elevação de receitas de impostos foi cerca de 3 bilhões neste ano, 2% do total do esforço fiscal.

Portanto, já foi feito um esforço fiscal de 134 bilhões neste ano, ou seja, 2,3% do PIB. Estamos trabalhando, junto com outras medidas, na expectativa de que esse esforço fiscal viabilize um resultado primário de 0,15% do PIB neste ano, ou seja, 5,8 bilhões.

Este eslaide faz uma comparação com o que estava na Lei Orçamentária e o que foi no ano passado. Vocês podem ver que a Lei Orçamentária aprovada para 2015 previa uma receita total de 1 trilhão e 447 bilhões. A revisão do Orçamento é 1 trilhão e 318 bilhões, tem mais de 120 bilhões de frustração de receita. A expectativa de receita foi reduzida em mais de 120 bilhões, devido a cenários que não se verificaram ou medidas que eventualmente teriam de ser aprovadas e não foram.

A despesa prevista no PLOA era de 1 trilhão e 168 bilhões, a despesa que nós prevemos para este ano é de 1 trilhão e 105 bilhões. Aí, tem-se uma redução de quase 60 bilhões em relação ao que foi aprovado e, apesar disso, a gente vê que ela



é muito concentrada na discricionária. A discricionária prevista no PLOA é de 312 bilhões, neste ano, a gente espera que a discricionária fique em 233,9 bilhões.

Há um aumento da despesa obrigatória: de 855,8 bilhões, que estava na LOA, foi para 871 bilhões agora, comparado com ano passado, que foi de 781 bilhões. Portanto, é um crescimento da despesa obrigatória bem forte.

Se nós pegarmos o aumento da despesa como um todo, ela sai de 1 trilhão e 40 bilhões, em 2014, para 1 trilhão 105 bilhões, neste ano, um aumento de 65 bilhões. Mesmo com o esforço de 134 bilhões de medidas de receita e de despesa, ainda assim a despesa total do Governo subiu 65 bilhões, devido à despesa obrigatória.

O próximo eslaide, senhoras e senhores, é para mostrar onde foi esse crescimento da despesa obrigatória. Aí está a despesa obrigatória: em cima, é sem emendas e, embaixo, é o valor das emendas. Vamos começar de baixo para cima.

As emendas, no ano passado, foram de 2,9 bilhões, neste ano, a previsão de pagamento é de 4,6 bilhões, que é o Orçamento Impositivo, o mínimo que deve ser pago, com um aumento de 1,7 bilhão. Mas, se a gente olhar em cima, o que cresce mais são as despesas obrigatórias. O INSS e LOAS, que são a Previdência e a Assistência Social, passam de 432 bilhões para 478 bilhões de reais, um aumento de quase 46 bilhões de reais. O pessoal passa de 222 bilhões para 236 bilhões, um aumento de quase 14 bilhões de reais. Essa é a última fase daquele acordo feito em 2012, que eram aumentos anuais de 5%.

Depois, têm os programas do FAT, em que houve uma redução, devido à aprovação das MPs pelo Congresso Nacional; os subsídios e complementos do FGTS, que são os subsídios do BNDES; os subsídios agrícolas e o pagamento do FGTS pelo valor que o FGTS aportou no Programa Minha Casa Minha Vida e aumentou bastante, de 5 bilhões, no ano passado, para quase 27 bilhões neste ano.

Então, a maior parte do aumento de despesa é de despesa obrigatória, e nós estamos atuando sobre isso. Nós estamos atuando sobre o gasto com pessoal, tentando fazer um acordo com o funcionalismo; nós estamos atuando com a questão da Previdência, já aprovamos uma medida de pensão por morte este ano, tem outra MP em análise pelo Congresso e planejamos, até o final do ano, construir mais propostas para melhorar a situação da Previdência.



A questão dos subsídios é um aumento temporário, porque grande parte dos subsídios dados, nos 2 últimos anos, devem ser pagos agora, por isso que dá esse salto. Então, essa conta do subsídio vai ficar alto neste ano e no próximo ano, depois, ela começa a cair.

Há um esforço bem grande de contenção de despesas no âmbito administrativo. O que a gente pode controlar por portaria, por medidas de melhora do gasto, nós temos feito. Para dar um exemplo aos senhores, eu queria colocar o custeio administrativo.

Ontem, nós lançamos, Sr. Presidente, um boletim que chamamos de Boletim de Custeio Administrativo, para acompanhar o que se convencionou chamar de custeio da máquina pública, quanto o Governo gasta para o seu funcionamento, seja com luz, telefone, água, material de escritório, o que é o custeio administrativo. Então, a gente procurou fazer esse boletim e pegou quem são as despesas de funcionamento do Poder Executivo.

Para dar um exemplo, você pega um programa como a vacina, a vacina não entra, o valor da vacina é um programa público, como é o valor do livro didático. O gasto administrativo para se dar a vacina: tem que levar a pessoa lá, o posto médico tem que funcionar, tem que ter luz, tem que ter água, tem que ter segurança, esse é o gasto administrativo. Então, a gente procurou isolar o que é gasto administrativo, para ver como isso evoluiu.

O levantamento deste ano está aí, tem um boletim, que eu vou distribuir a todas as senhoras e os senhores, que faz o acompanhamento disso desde 2010 e mostra que hoje a gente está gastando, em termos reais, o mesmo valor que a gente gastava em 2010.

Só para dar um exemplo do que foi feito este ano, de janeiro a agosto do ano passado, as despesas de custeio administrativo foram de 13,8 bilhões de reais, neste ano, de 14,175 bilhões. Então, há um crescimento de 331 milhões, que é a primeira linha que está ali.

Se a gente for ver aqui, quase tudo tem uma queda real. Tem a variação nominal, que cresceu 2,4%, e, como a inflação está em 9,5%, houve uma queda real de 7,5%. Então, o gasto de custeio administrativo do Governo Federal, neste ano, caiu 7,5% até agosto.



Quanto aos itens, nós dividimos os principais subitens: prestação de serviço, serviço de limpeza, serviço de energia elétrica, locação de imóveis, material de consumo, diárias e passagens, serviços de comunicação. A gente vê que o que subiu mais foi energia elétrica, porque subiu o preço da energia elétrica. O IPCA acumulado de energia elétrica de janeiro a agosto é de 51%. O gasto do Governo com energia elétrica subiu 49%, em linha com o aumento de preço, não houve aumento de quantidade.

Se nós tirarmos a energia elétrica, que é o último item da tabela, na verdade, o gasto foi de 13.150 no ano passado e está 13.145 este ano, praticamente estável. Nós estamos controlando, nós estamos gastando, em termos nominais — exceto energia elétrica —, o mesmo nível que nós gastamos no ano passado, uma queda real, portanto, de quase 10%, ou seja, de 9,7%.

Então, esse é um boletim, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, cuja primeira versão nós apresentamos ontem. Nós queremos fazer esse boletim trimestralmente, para ver como vai a evolução do custeio da máquina. Cada item desses está detalhado para nós podermos saber exatamente o que está crescendo, o que não está e em que nós precisamos atuar.

Bom, vamos ao projeto de lei orçamentária. Esse primeiro quadro nós já apresentamos. Só para enfatizar, nós fizemos uma pequena reorganização para corrigir alguns valores a partir de observações que foram feitas depois da primeira apresentação. Na verdade, o quadro de rigidez do orçamento é até maior do que nós inicialmente apontamos.

Do total de gastos previstos na Proposta de Lei Orçamentária inicialmente de 1 trilhão e 210 bilhões, somente 102,7 bilhões — quase 103 bilhões — são contingenciáveis. Os demais gastos ou são obrigatórios, determinados por lei ou pela Constituição propriamente, ou têm — apesar de receber o nome de discricionário — outra lei que coloca limites, coloca pisos para esse tipo de gasto. Então, o desafio de fazer esse reequilíbrio fiscal é, primeiro, montar um cenário de menor receita — porque a receita está em um nível mais baixo do que ela estava há 4 anos em proporção ao PIB — e um cenário em que a maior parte do gasto é rígido, é determinado por leis ou pela própria Constituição. O que a gente pode



administrar do ponto de vista de decreto de contingenciamento é somente 8,5% do total

Qual foi o esforço fiscal planejado para 2016? Em primeiro lugar, proposta orçamentária enviada a esta casa já continha um esforço fiscal de cerca de 72 bilhões de reais. O que eu chamo de esforço fiscal planejado? Ao se construir o Orçamento — os senhores já participaram desse processo, seja nesta Comissão seja em outras administrações —, faz-se de acordo com as metas que se tem para diversos programas, disponibilidade de receita. Então, a primeira coisa que nós fizemos foi revisar várias metas de vários programas. Todos os programas estão mantidos: continua havendo o PRONATEC; continua havendo o Ciência sem Fronteiras; continua havendo o Minha Casa, Minha Vida; continua havendo o Bolsa Família, que é prioritário; continua havendo o PAC, mas as metas desses programas foram ajustadas ao cenário fiscal. Então, nós reduzimos a meta inicial de expansão do PRONATEC; nós concentramos o Ciência sem Fronteiras, no ano que vem, na pós-graduação; nós ajustamos as metas do Minha Casa, Minha Vida, criando a Faixa 1 - FGTS, para ter menos subsídio e atender principalmente as populações das Regiões Metropolitanas.

Esse esforço de revisão, de adequação de metas de expansão, reduziu a despesa em relação ao que era inicialmente planejado pelas próprias metas anunciadas desses programas em cerca de 28 bilhões de reais. Há uma revisão de gastos tributários de 6,7 bilhões de reais, que foi a revisão de desonerações que acompanharam a proposta orçamentária. Há receitas patrimoniais de 32 bilhões de reais, um esforço de operação com ativos de 27 bilhões e um esforço de aumentar receitas de concessões de mais 5 bilhões. E há aumento de receitas de 4,6 bilhões de reais com aquelas medidas que fazem parte de uma medida provisória que também está em análise pelo Congresso Nacional — nas bebidas quentes, nos direitos de imagem. Essa é uma Medida Provisória que foi anunciada junto com o Orçamento.

Então, na proposta de Orçamento já estava implícito um esforço fiscal de 72 bilhões de reais. Posteriormente, nós fizemos uma nova rodada. Como o Orçamento tinha um déficit de 30 bilhões reais, para atingir a meta inicialmente projetada, no caso do Governo, de 34 bilhões, é necessário fazer uma elevação da receita e uma



redução adicional de despesa. Foi essa segunda rodada de medidas que eu e o Ministro da Fazenda apresentamos aqui por ocasião daquela reunião de trabalho. O total dessas medidas é de 71 bilhões e 600 milhões de reais, que foram objeto daquela discussão. Então, se os senhores permitirem, eu vou deixar isso para nós detalharmos depois, porque nós já apresentamos naquela reunião de trabalho quais são as principais medidas. Na maior parte delas, tem-se uma redução de despesa de 26 bilhões de reais; uma redução de gasto tributário; revisão de desoneração, de quase 5 bilhões; uma realocação de fonte, no caso, do Sistema S, de 6 bilhões e um aumento de receitas de quase 35 bilhões. Esse é o segundo esforço.

Então, o primeiro esforço e o segundo esforço formam um esforço fiscal de quase 143 bilhões de reais, já projetados para o ano que vem, e são também cerca de 2,3% do PIB.

A maior parte desse esforço fiscal é de redução de despesas, seja na primeira parte, seja na segunda, que totaliza 38%. As receitas patrimoniais, concessões e operações com ativos, totalizam 22%. A revisão de desonerações totaliza 8%. A realocação de fonte, nesse caso, a questão do Sistema S, que nós estamos discutindo, totaliza 4%. E o aumento de receita, via impostos, via Proposta de Emenda à Constituição da CPMF, totaliza 39 bilhões — 28% do total de esforço fiscal programado para o ano que vem.

Com esse esforço fiscal, em relação ao PLOA, nós achamos possível sair de um resultado deficitário de 30 bilhões para um resultado superavitário de 34,4 bilhões — que está na última linha da tabela —, o que dá, como resultado primário para o Governo Federal, cerca de 0,6% do PIB. A meta de 0,7% é atingida com um superávit de mais 0,1% por parte de Estados e Municípios. Então, isso dá uma linha do que é.

Essa tabela demonstra qual é a programação para este ano, vigente, o último decreto de 2005, qual é a proposta que foi enviada à CMO e qual é o efeito dos ajustes que foram feitos, das propostas que foram feitas depois, sobre a proposta de lei orçamentária. Várias dessas propostas já foram enviadas ao Congresso Nacional, outras, que são mais administrativas, serão enviadas ao Relator do Orçamento e à Comissão para serem adotadas ao longo da tramitação do processo. Nós esperamos concluir esse processo, até porque vai envolver — é meu último ponto —



também uma análise de como podem ser encaminhadas as emendas parlamentares. Nós estamos trabalhando junto com o Relator, junto com a Presidente e também com a Consultoria da Comissão para construir a aplicação dessa redução do gasto discricionário.

Do ponto de vista da despesa, falando um pouco do lado do meu Ministério, as despesas discricionárias — lembrando que há despesa discricionária que nós não podemos contingenciar, mas leva esse nome de “despesa discricionária” — atingiram, em 2014, cerca de 289 bilhões; para 2015, 249 bilhões; para 2016, a previsão, com essa redução adicional, é de 236 bilhões de reais.

Nós vamos reduzir a proposta que nós enviamos para cá para 236 bilhões de reais, Relator. A proposta é de 250, nós vamos reduzir para 236. Esse valor de 236 é quase o mesmo que havia em 2011, que foi de 233 bilhões. Corrigido pela inflação, é mais ou menos o mesmo valor real que nós tínhamos em 2011. Ou seja, é a mesma despesa, em nível real, que nós tínhamos em 2011. Esses valores são corrigidos pela inflação. Não está escrito aqui, mas nós vamos corrigir isso.

Do ponto de vista de índice, para transformar, se nós tomarmos o ano de 2010 como 100, o valor previsto para o ano que vem é 109, ou seja, vamos gastar em termos reais 9% a mais do que nós gastamos há 5 anos. Nós vamos gastar, ano que vem, 9% a mais do que nós gastamos há 5 anos! Então, essa é a dimensão do esforço fiscal que está previsto nesse Orçamento, é a dimensão do esforço fiscal que está sendo proposto pelo Governo e isso é necessário para nós começarmos a recuperar o controle da dívida pública e, com isso, viabilizar a recuperação do crescimento.

Do ponto de vista percentual do PIB, que é o penúltimo eslaide, a despesa cai de 4% do PIB para 3,8% do PIB, mais ou menos o valor verificado em 2011, que foi de 3,9% do PIB, e também em 2010. Seja em termos reais, seja em termos de percentual do PIB, o esforço fiscal programado para o ano que vem é menor do que o deste ano. O deste ano nós trazemos de 4,5% do PIB para 4% do PIB; o do ano que vem, de 4% para 3,8%. Então, já começa a haver uma consolidação fiscal, mas ele traz o gasto em percentual do PIB para 3,8%. O que isso significa na prática? Significa que, do total da renda da sociedade brasileira, 3,8% seriam destinados a



gastos discricionários do Governo — o mesmo nível que foi destinado em 2010, bem abaixo do que foi feito nos últimos anos.

O último ponto, Sr. Presidente, Relator e demais presentes, é para nós esclarecermos a questão das emendas parlamentares. Em parte desta despesa discricionária, nós vamos reduzir o gasto do PAC em 3,8 bilhões, gasto de investimentos, e nós vamos reajustar nossa projeção de gasto em saúde também em 3,8 bilhões. No caso da saúde, como a Constituição manda que metade das emendas impositivas têm que ser direcionadas para a saúde, ao se direcionar o valor das emendas impositivas também a 3,8%, isso pode compensar em manter o gasto previsto no mesmo nível. Mas, nesse aspecto, é bom ficar claro o seguinte, vamos usar os verbos corretos. O Governo, em primeiro lugar, vai reduzir o seu gasto discricionário em 3, 8 bilhões e vai sugerir aos Parlamentares, se S.Exas. assim quiserem, que direcionem as emendas impositivas da área da saúde para alguns programas específicos que nós estamos reduzindo. Se houver interesse dos Parlamentares em fazer isso, essa é a nossa sugestão. É isso que estamos tentando trabalhar conjuntamente com a Relatoria, para diminuir ou atenuar o impacto desses cortes no funcionamento da saúde.

Segundo lugar, a mesma coisa no PAC. Nós vamos reduzir o gasto do PAC, que está previsto em 3, 8 bilhões. Nós vamos apresentar aos Parlamentares uma lista de projetos que estamos construindo com os Consultores do Congresso, na qual nós efetuamos os cortes, para verificar se há, dentro desses projetos que foram reduzidos, interesse, por parte de algum Parlamentar, de fazer uma emenda nesse projeto.

Esse último eslaide é para detalhar isso. O Governo vai reduzir sua previsão de gasto discricionário com saúde e investimento em 7,6 bilhões, cerca de 1% da receita corrente líquida. As emendas individuais serão definidas pelos Parlamentares no limite total de 1,2 da receita corrente líquida, como determina a Constituição. O Governo enviará, antes da abertura do prazo para apresentação de emendas, ou seja, nos próximos dias — estamos trabalhando nisso —, uma lista de ações do PAC da saúde, inclusive, custeio da saúde, que poderão ser objeto de emendas para atenuar o impacto desse corte adicional.



Então, vamos solicitar ao Congresso Nacional, especificamente, aos Parlamentares que possam ajudar e contribuir nesse período. Se eventualmente houver um emenda que V.Exas. tenham interesse em compensar alguma coisa que nós reduzimos, isso pode atenuar o impacto, ter uma execução mais eficiente e ajudar neste momento de travessia.

Essas emendas poderão ser regionalizadas, indicando os Municípios beneficiados, como já acontece com as emendas impositivas. E o prazo para apresentação de emendas à despesa e à receita é o prazo definido pela própria CMO, que se não me engano, o Relator pode me corrigir, é o prazo de 1º de outubro a 20 de outubro, que começaria na próxima quinta-feira.

Nós estamos trabalhando junto com a Consultoria Técnica para construir essa lista de projetos e apresentar paralelamente, à medida que as senhoras e os senhores estejam fazendo suas emendas, a nossa sugestão. Essas emendas poderiam ser feitas para ajudar neste momento de travessia fiscal.

Então, é um processo construtivo. É um processo colaborativo. Por isso, queria voltar a minha primeira fala: temos todos os instrumentos necessários para superar nossas dificuldades e temos que trabalhar conjuntamente para fazer isso. Isso envolve um papel do Executivo, que tem que fazer as suas propostas, e envolve principalmente o papel Legislativo.

Por definição, a questão fiscal é da área legislativa, em qualquer democracia. Então, o ajuste fiscal passa pelo Congresso Nacional, que pode melhorar esse ajuste fiscal ou torná-lo mais rápido ou mais lento, dependendo de qual seja a avaliação que as senhoras e os senhores achem mais adequado.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Nós agradecemos ao Sr. Ministro. Passaremos, agora, às primeiras perguntas, já que, na vez passada, eu o prejudiquei. Concedo a palavra ao nosso Relator da LOA, o Deputado Ricardo Barros.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Deputado Ricardo Barros, antes de V.Exa. falar, quero fazer o registro de que o Deputado Zeca Dirceu, Relator do PPA, teve um problema com o voo e pediu que eu justificasse a sua ausência. Ele pede desculpas ao Ministro Nelson Barbosa e à nossa Presidenta.



Deixo aqui este registro que me foi solicitado pelo Deputado Zeca Dirceu.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Muito obrigada.

Concedo a palavra ao Relator da LOA, o Deputado Ricardo Barros.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Ministro Nelson Barbosa; Senadora Rose de Freitas; colega Deputado Ricardo Teobaldo; Esther; todos os Deputados presentes, a explanação do Ministro é bastante clara no sentido do enorme esforço fiscal que está se fazendo. É preciso que esse esforço seja suficiente para o equilíbrio das contas.

Nós, aqui, no Congresso Nacional — e eu, como Relator-Geral —, gostaríamos de aprovar um Orçamento equilibrado, superavitário, que acalmasse o mercado, porque é a nossa iniciativa privada, é o nosso setor produtivo que viabilizam a arrecadação do Governo. Essa queda do grau de investimento afeta muito o setor produtivo. Com essa consequência, temos uma queda de arrecadação muito grande. Nós estamos tendo uma queda de arrecadação da ordem de 4,5%, corrigidos do ano passado, e como o Ministro acabou de mostrar, uma despesa obrigatória crescendo 15%. Nós temos uma boca de jacaré, 4,5% para baixo e 15% para cima, são 20% de diferença. É muita coisa! E como nós já vínhamos num Orçamento muito justo para investimentos, praticamente nós estamos eliminando a capacidade do esforço anticíclico, que foi aquele que veio sustentando o aquecimento da economia nos últimos anos.

Sobre a lei orçamentária aqui apresentada, Ministro, há algumas questões que eu gostaria que o senhor nos respondesse. Há 52 bilhões de Fonte 144, que é a emissão de títulos, sustentando despesas continuadas, especialmente na saúde. Então, perguntamos se é possível a substituição dessas fontes de emissão de títulos para suporte de despesas continuadas, o que facilitaria muito o nosso trabalho aqui na Comissão.

Sobre a Lei Kandir, há 1,950 bilhão no Orçamento, que é a Lei Kandir em si, mas tradicionalmente o Congresso coloca mais 1,950 bilhão, que é um programa de fomento à exportação. Então, em 2014 e 2015, não foram ainda aplicados esses recursos, aguardando-se um projeto de lei que dará as regras dessa aplicação, que está para ser sancionado. Então, esses recursos também não vieram para o Orçamento 2016.



A questão da regra de ouro. Há despesas de capital superiores às operações de crédito em 12 bilhões. Essas informações estão na nota da nossa Consultoria, que foi publicada hoje pela manhã. Então, eu pergunto ao Ministro como poderíamos corrigir isso. Se a informação estiver correta, o Governo estará superando a emissão de novas operações, além das despesas de capital.

A saúde. O Ministro da Saúde, Arthur Chioro, deu uma entrevista dizendo que para este ano faltarão 2 meses do MAC, que é a transferência de média e alta complexidade para Estados e Municípios, e que no ano que vem — eu constato — o Orçamento está a menor em 3 meses de transferência da média e alta complexidade para Estados e Municípios. O corte feito pelo Ministério da Saúde se concentrou nessa rubrica, que é a transferência de Estados e Municípios.

Então, eu pergunto ao Ministro como o Governo pretende solucionar essa questão, ou se ficaremos nós aqui na Comissão com esta obrigação.

Eu estou explicando isso, porque o Governo pode mandar mensagem modificativa até a votação do relatório preliminar, que está prevista para 10 de novembro. Então, o Orçamento poderá ser alterado pelo próprio Governo até que nós votemos o relatório preliminar. Após isso, não. Nós temos que resolver as questões aqui por nossa conta.

Próxima questão, Ministro. Há um custo de subsídios e operações de crédito de 117,8 milhões que não passa pelo Orçamento, que são os financiamentos que o BNDES faz, o FCO, os fundos constitucionais de financiamento, com juros abaixo do custo do dinheiro, cuja diferença da equalização é paga pelo Tesouro. A equalização do Plano Safra do Banco do Brasil consta no Orçamento, até nós fizemos uma redução em algumas questões. Mas esses recursos, que são o subsídio que o Governo dá para as linhas de crédito incentivadas do BNDES, não estão constando no Orçamento. Eles existem, mas não estão explícitos.

Por último, Ministro, Restos a Pagar. O total de Restos a Pagar soma 227 bilhões, que concorrem com o Orçamento anual, porque há Restos a Pagar, que tem que ser pago este ano, e as despesas deste ano, que também precisam ser executas. Só que o financeiro é o mesmo. Nós temos duas obrigações orçamentárias com um único financeiro. Então, eu queria um comentário do Ministro



sobre o ajuste do financeiro com o orçamentário, somando a lei orçamentária mais Restos a Pagar.

E um comentário final. Eu não vou fazer uma pergunta, Ministro, apenas um comentário. Eu percebo no mercado certa inquietude. Vocês perceberam que o Governo anunciou um novo pacote de ajuste, e o mercado não se acalmou. Por quê? Porque, se fizermos uma conta matemática fria, nós perceberemos que a CPMF, se for aprovada, será aprovada no meio do ano que vem, constando as 40 sessões na Câmara, as 40 sessões no Senado, a votação em dois turnos na Câmara e a tramitação na CCJ, o que vai ser uma guerra, vocês sabem.

Então, nós estamos vendo que, se aprovamos em junho do ano que vem, e há a noventena, porque é uma contribuição, a CPMF passará a ser arrecadada em outubro, novembro e dezembro. Então, eu sugiro — vou fazer essa recomendação também ao Ministro Levy e à Presidente Dilma — que nós não contemos com essa receita de CPMF no Orçamento 2016, porque, além da incerteza da aprovação, os recursos efetivamente arrecadados poderão ser poucos, se ela for aprovada; e substituamos essa receita por uma efetiva em que o mercado entenda, acredite, perceba o real compromisso do Governo com o ajuste fiscal, que seria a CIDE. A CIDE é uma decisão administrativa do Governo. Ela começa a arrecadar imediatamente no dia seguinte a sua publicação. Os Governos Estaduais arrecadarão ICMS sobre a CIDE, portanto melhoraremos o caixa dos Governos estaduais que estão muito combalidos.

E ainda podemos recuperar o setor sucroalcooleiro com o aumento do preço da gasolina. Há 80 usinas fechadas no Brasil. Podemos recuperar de imediato 200 mil empregos, só reativando essas usinas com a margem que a CIDE pode dar de rentabilidade ao setor sucroalcooleiro.

Então, eu vou transmitir uma visão do que eu tenho conversado e percebido nos debates que faço com a sociedade organizada, com o setor produtivo e com a imprensa especializada. Ela percebe claramente essas dificuldades. Então, espero que o Governo reponha esse caixa proposto de ser arrecadado com a CPMF com outra medida que seja crível, consistente.

Eu sempre falo que Relator não tem opinião. A opinião do Relator é a média do Plenário, porque, se ele não perceber a média do Plenário, não se aprova o seu



relatório. Não é a minha opinião, eu tenho ouvido nos debates do mercado. Acho, Ministro que nós devíamos iniciar pela reforma da previdência, porque assim nós daremos ao mercado a percepção de que por muitos anos estamos ajustando o Orçamento. Não estamos ajustando o Orçamento 2016. Estamos ajustando o Orçamento da União por muitos anos pela frente. E como disse o Ministro Joaquim Levy, quando o Vice-Presidente Michel Temer disse que tinha dúvidas sobre a CPMF: *“Então, o senhor quer a reforma da previdência, porque a CPMF está vinculada à previdência para, quando for feita a reforma da previdência, abrir mão da CPMF.”*

Então, seria entrar direto na discussão previdenciária, porque a grande maioria das matérias são leis ordinárias, algumas são leis complementares e um terço mais ou menos são PECs. Nós poderíamos ter um grande resultado, iniciando este debate. Eu sei que a Presidente Dilma instalou um fórum de debates sobre a Previdência, e é o estilo do Governo ouvir todos. O fórum já está instalado. Acho que esse seria o caminho que — eu percebo, não é a minha opinião — o mercado espera que o Governo tome as ações que efetivamente possam ter resultado, tranquilizem o mercado e deem segurança para a retomada dos investimentos.

Obrigado, Sr. Ministro.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Vamos estabelecer um procedimento? Nós não somos muitos aqui.

O SR. DEPUTADO JOÃO FERNANDO COUTINHO - Foram muitas as perguntas.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Foram muitas?

Quer responder primeiro ao Relator?

O SR. DEPUTADO JOÃO FERNANDO COUTINHO - Sete perguntas.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Pois não. Ele fez 7 perguntas. Vamos ouvi-lo primeiro. Em seguida, João Fernando Coutinho, Wadson Ribeiro e Izalci. Primeiro bloco de três.

O SR. MINISTRO NELSON BARBOSA - Obrigado, Presidente. Foram sete perguntas. Eu vou tentar responder a todas aqui o melhor que eu puder.

Na questão da Fonte 144, o Sr. Relator apontou que há 52 bilhões na proposta original de lei orçamentária sendo financiados pela emissão de títulos. Isso



decorre do fato também de na proposta inicial ainda haver aquela previsão de um déficit de 30 bilhões. Com as propostas adicionais que foram apresentadas ao Congresso Nacional, diminui a necessidade de recorrer a essa fonte para financiar despesas de caráter continuado. Então, isso pode ser diminuído ou eventualmente completamente substituído por outras fontes na construção da lei orçamentária.

Sobre a Lei Kandir, o Governo, desde 2010, já não incluía, nas suas propostas originárias, nenhum valor para a Lei Kandir, porque o entendimento é que a obrigação dessa transferência, segundo a interpretação constitucional que o Governo tem, era devida até 2006, 2007. Mas, recorrentemente, isso tem sido incluído no Congresso e tem sido feito, porém não constava do Projeto de Lei Orçamentária. Até para evitar diminuir o impacto dessa incorporação que eventualmente o Congresso faz, nós já voltamos a incluir neste Orçamento o valor de 1 bilhão 950 milhões.

Ainda em comparação com o que foi feito no passado, falta aquele valor de 2 bilhões, que o Congresso também inclui, relativo ao FEX, se não me engano, que depois será objeto de uma medida provisória de distribuição.

Essa é uma iniciativa que pode também ser construída ao longo dessa tramitação, substituindo alguma despesa ou arrumando alguma fonte, como foi feito no passado. Mas quero enfatizar que já se parte de um valor maior. Antes, partia-se de 0 e chegava-se a 3 bilhões 950 milhões, na Lei Kandir. Agora, está-se partindo de 1 bilhão 950 milhões para se chegar a 3 bilhões 950 milhões. Então, na verdade, se isso for mantido — essa me parece ser a indicação que V.Exa. me dá: ir para 3 bilhões 950 milhões —, teremos de rearrumar o Orçamento e ver onde podem ser realocados esses 2 bilhões.

Sobre o atual, o PL já foi aprovado e está em via de sanção para dar a regra do FEX deste ano.

Sobre a regra de ouro. O que é a regra de ouro, para aqueles que não têm familiaridade com isso? O volume de operação de crédito e emissão de dívida do Governo tem que ser inferior ou igual ao volume de investimento. Essa é a regra de ouro da política fiscal. Pode-se emitir dívida para financiar investimento, não para financiar um gasto corrente. Isso tem sido seguido.



Acho que há uma diferença aqui, Relator, de interpretação que podemos resolver nas reuniões técnicas. Nós consideramos investimentos da União e das estatais. Então, considerando investimentos da União e das estatais, essa regra de ouro está preservada. Acho que a consultoria identificou alguma coisa — recebemos a nota hoje —, estamos avaliando e vamos dar a resposta. Mas nós fazemos esse *check*: o Orçamento não vem para cá se não for cumprida essa regra de ouro. Então, há uma diferença de interpretação. Nós incluímos nesse cálculo de investimento, para ser igual ou maior que o da emissão de dívida, os investimentos das estatais.

De qualquer forma, com as medidas adicionais anunciadas, essa diferença, mesmo com a interpretação dos consultores, também deve diminuir, porque aumentou a receita do Governo.

No caso da saúde, como eu falei, nós vamos reduzir o gasto inicialmente previsto em 3,8 bilhões. Onde esse gasto vai ser reduzido? Eventualmente — e o Ministro Chioro fez uma colocação sobre isso —, pode ser nos processos de média e alta complexidade ou em outros processos. Como os processos de média e alta complexidade são gastos obrigatórios — fazemos transferências para Estados e Municípios —, nós estamos tentando construir alternativas para que isso não seja feito nesses procedimentos. E aqui entra aquilo que eu havia colocado para todas as senhoras e senhores de tentarmos, nas emendas parlamentares, fazer redução em alguns gastos que possam ser objetos de emenda, e não nos processos de média e alta complexidade.

Esse é o trabalho, objetivamente, de construção do orçamento da saúde para diminuir o impacto dessa redução adicional de despesa sobre processos que são altamente necessários, como as transferências feitas para Estados e Municípios para atender a serviços de saúde de média e alta complexidade. Isso não está dado, é uma possibilidade, e nós estamos em contato tanto com o Ministério da Saúde, para construir essa proposta, quanto com a consultoria do Congresso para ver como isso pode ser feito. Queremos construir isso ao longo do mês de outubro para enviar a mensagem modificativa até o prazo que o senhor colocou em seu relatório: 4 de novembro.



Apontou-se que o custo do subsídio é de 117 milhões. É importante colocar o que entra no Orçamento e o que não entra. Equalização de taxa de juros é um gasto primário. Aqueles programas do BNDES, por exemplo. O BNDES empresta a uma taxa de 5%, mas é remunerado a 10%. É uma equalização de taxa de juros. A mesma coisa acontece no crédito agrícola. O Governo paga aos bancos públicos. Isso é um gasto primário e entra naquela conta de subsídios e subvenções financeiras, aquela conta que eu mostrei que subiu de 4 bilhões para 20 bilhões este ano. Nós estamos pagando agora os custos do subsídio do PSI dos últimos 2 anos. Isso está no Orçamento.

Nesse gasto de 117 bilhões — e, como eu falei, ainda estamos analisando a nota técnica —, parece-me que o que foi contabilizado não foi o gasto de equalização, mas sim o custo de carregamento financeiro: o fato de o Governo emprestar ao BNDES com a TJLP e financiar com a taxa de mercado. Então, empresta-se com a TJLP, que é 7%, e se financia com a taxa de mercado, que é de 14%, ou, dependendo do prazo, 15%. Essa diferença dá esse custo sobre o estoque de empréstimos. Nós elevamos a TJLP. Outra parte do ajuste em curso tem sido elevar a TJLP, mas, como a inflação também subiu, a SELIC e as taxas de mercado também subiram. Então, mesmo com a elevação da TJLP, o custo de carregamento financeiro — essa diferença entre a taxa de juros que o Governo usa para tomar recurso e a que o Governo usa para aplicar recurso no BNDES — ainda é grande e dá esse valor.

Isso não entra no Orçamento, porque não é um gasto específico, é o custo de carregamento financeiro, é a diferença entre a taxa de juros que se paga e a taxa pela qual se recebe. Mas tudo isso é transparente e objeto de um relatório que o Ministério da Fazenda faz para o TCU sobre o custo de carregamento financeiro de todos os empréstimos feitos pelos fundos constitucionais e feitos também ao BNDES.

A última pergunta foi sobre a questão da receita. Nós sabemos que a CPMF vai exigir um grande desafio político e empenho de todos para aprová-la. Por que colocamos esse tributo? Nós achamos que esse tributo tem menor impacto sobre a economia, tem menor impacto inflacionário, tem menor impacto sobre a atividade da economia.



V.Exa. fez uma sugestão que já foi levantada por vários Parlamentares e economistas: a tributação sobre combustível, a CIDE. É uma alternativa que o Governo pode eventualmente adotar, mas quero deixar claro — até para todos os jornalistas que estão na audiência — que essa é uma avaliação que faz parte principalmente das decisões do Ministério da Fazenda.

Nós optamos por não colocar a CIDE porque, neste momento, como eu falei, nós temos três frentes de reequilíbrio macroeconômico: o ajuste externo, o ajuste da inflação — trazer a inflação para baixo — e o ajuste fiscal. As medidas de controle da inflação começaram a dar seus primeiros resultados nos últimos meses, a inflação começou a cair. Então, recorrer à CIDE, neste momento, na verdade, poderia jogar a inflação novamente para cima, justamente quando esses esforços começam a dar frutos. Por isso nós optamos por usar a CPMF, mesmo sabendo das dificuldades para aprovar uma emenda constitucional. Mas, como eu falei, são medidas necessárias. Nós não iríamos propor algo se não achássemos, primeiro, que é necessário e, segundo, que é a melhor das alternativas.

Obviamente, vamos ouvir e também o Ministério da Fazenda já está ouvindo as colocações e sugestões sobre tributação. Continuamos a enfatizar que a melhor alternativa é adotar a CPMF, porque ela tem uma arrecadação grande, é distribuída por várias transações e tem menos impacto inflacionário. Obviamente, ela requer um grande esforço político para sua aprovação.

Concordo com V.Exa. sobre a questão da previdência. Faz parte da agenda do Governo avançar na discussão sobre a previdência. Isso já foi colocado por todos nós na reabertura do fórum de discussão da previdência para o Governo apresentar suas propostas, ideias e, a partir dali, construir uma proposição.

Nós sabemos que dificilmente haverá um consenso no fórum. É um fórum de discussão. O Governo vai apresentar suas propostas, e estamos trabalhando para enviá-las ao Congresso Nacional ainda este ano. Só que, antes disso, há uma medida provisória nesta Casa, no Congresso Nacional, que estabelece a regra 85/95 móvel. Já é um primeiro passo que se dá para uma minirreforma na aposentadoria por tempo de contribuição. Se não me engano, já foi apresentado o relatório, e ela será votada na Comissão Especial. Nós trabalharemos pela sua aprovação até



meados de outubro. Nós já a estamos discutindo e estamos abertos a sugestões. V.Exa. já fez sugestões e a própria consultoria do Congresso também.

Uma vez aprovada essa MP, que já é uma primeira medida para reformar o sistema de aposentadoria por tempo de contribuição, nós iremos apresentar ideias para avançar também em outras frentes. Agora, essa é uma medida que, primeiro, atinge só novos benefícios, é para frente. Então, ela tem um impacto imediato pequeno. Mas ela tem que ser feita, até porque o envelhecimento da população e o aumento que tivemos no déficit da previdência pública e privada, nos últimos anos, demonstram a necessidade dessa reforma. E ela tem de ser feita com o cuidado necessário para que não cause insegurança jurídica nem aumento de despesa no curto prazo.

Estamos construindo essa iniciativa e, no nosso cronograma, uma vez completada a discussão da MP da regra 85/95, nós iremos, na sequência, apresentar propostas de médio e longo prazo sobre a previdência. Algumas delas, como V.Exa. e a consultoria do Congresso já sugeriram, poderão ter algum impacto já no ano que vem, mas um impacto pequeno. Na previdência normalmente o impacto inicial é pequeno e vai aumentando ao longo do tempo. É exponencial. No exemplo das pensões por morte, o impacto inicial era de cerca de 1 bilhão, no primeiro ano; depois, 2 bilhões, 4 bilhões, 6 bilhões. E vai crescendo. A Previdência tem essa característica.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Teobaldo) - Com a palavra o Deputado João Fernando Coutinho.

O SR. DEPUTADO JOÃO FERNANDO COUTINHO - Sr. Ministro Barbosa; meu caro Relator do Orçamento, Deputado Ricardo Barros; Relator da LDO, Deputado Ricardo Teobaldo, meu conterrâneo.

Sr. Ministro, eu queria ter tido a oportunidade, na última reunião de trabalho aqui com a presença de V.Exa., como também a do Ministro Joaquim Levy, de ter feito algumas indagações. Infelizmente, a minha ordem de inscrição ficou muito para o final. Por isso, hoje cheguei bem cedo para fazer aqui poucos questionamentos, mas os considero bastante importantes neste momento que estamos vivendo no nosso País, um momento de desconfiança dos investidores, sobretudo nessa nossa



instabilidade política — e talvez por planejamento não adequado em anos passados. Não estamos aqui para fazer planos para o passado, e sim olhar para frente, para o futuro.

V.Exa., Sr. Ministro, falou aqui — e eu fiz questão de escrever — algumas frases na sua colocação: *“O Brasil tem todos os instrumentos para resolver essa situação; a questão é a velocidade com que vamos resolver”*. Então, eu queria indagar a V.Exa., primeiro: na sua visão mais otimista possível, quando o Brasil volta a ter novamente uma retomada do crescimento na sua economia?

Em relação a esse novo ajuste que chegou ao Congresso Nacional, que visa instituir uma série de medidas de redução de despesa, mas sobretudo aumento da arrecadação, a principal das medidas é a CPMF, um imposto que a sociedade brasileira, num passado recente, já rejeitou. Demonstrou que não aguentava mais nenhum tipo de aumento na sua carga tributária. Isso se reflete no dia a dia, em nossas visitas às nossas bases no interior, nas cidades pequenas, médias e grandes, nas cidades que visitamos nos finais de semana, quando aqui não estamos.

Eu pergunto: paradoxalmente, quando temos essa dificuldade da economia, a redução dos empregos formais, o aumento do desemprego, o aumento da inflação, o aumento da taxa de juros, paradoxalmente os bancos têm no lucrado como nunca. Segundo o DIEESE, só o Itaú lucrou, no ano passado, mais de 20 bilhões de reais; o Bradesco, mais de 15 bilhões de reais. Será que não haveria nenhuma medida que pudesse mexer nessa questão dos bancos nesses lucros absurdos que eles têm tido nestes últimos anos, enquanto o Brasil sofre na outra ponta?

E em relação às grandes fortunas, não haveria uma medida que pudesse taxar quem tem mais, quem tem mais condições, em vez de aplicarmos o mesmo imposto para todas as classes sociais, desde o trabalhador assalariado até o grande empresário brasileiro?

Para concluir, Sr. Presidente, eu vi aqui que nós estamos com uma previsão de, em 2016, pagar mais juros da dívida e diminuir a amortização da dívida pública. Eu queria que V.Exa., se possível, comentasse um pouco isso.

Eu quero agradecer a oportunidade de participar deste debate.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Teobaldo) - Nós vamos passar a palavra ao Deputado Wadson Ribeiro e ao Deputado Izalci. Depois, o Ministro responde aos três Parlamentares.

O SR. DEPUTADO WADSON RIBEIRO - Na verdade, eu queria mais cumprimentar o Ministro Nelson Barbosa, que por mais de uma vez comparece a esta Comissão. E quero cumprimentar a nossa Mesa e os colegas Deputadas e Deputados.

Na verdade, Sr. Ministro, eu queria fazer um comentário e deixar uma questão para o final, também em função de uma série de compromissos que todos nós temos hoje aqui na Casa. E eu mesmo vou ter que, daqui a pouco, ir para outro compromisso.

Mas em primeiro lugar quero dizer que nós temos compreendido, enquanto bancada, que há uma dimensão muito política nessa chamada crise econômica que tanto se propaga no Brasil. É claro que existe um ambiente mundial adverso e esse ambiente tem o seu impacto também na economia brasileira, é claro! Isso é notório. Mas há uma grande dimensão nessa crise, uma dimensão com forte conteúdo político.

Diante disso, nós nos temos expressado — e queremos reafirmar isto — que o Governo contará com o apoio da nossa bancada, o PCdoB, para as discussões e a aprovação desses ajustes, que são necessários para que atravessemos este momento, este ambiente, e descortinemos caminho para retomarmos um novo ciclo, um novo período de crescimento econômico.

Acho também, Sr. Ministro, que nós vivemos essa disjuntiva de um esforço fiscal para o equilíbrio das contas, o que se resume, em certa medida, à redução, à necessidade de redução das despesas — eu acho que é o que o Governo tem apresentado de forma muito consistente —, mas sobretudo ao aumento das receitas. O Brasil teve uma queda significativa das suas receitas, o que impacta obviamente na nossa economia. Diante disso, eu queria deixar alguns questionamentos.

Primeiro, Ministro, existe algum plano alternativo a essa questão da CPMF? Digo isso porque, para que seja aprovada, a CPMF depende de um esforço de coesão de uma maioria política no Congresso. E a CPMF também, em certa medida,



respeita um prazo. Mesmo sendo aprovada, os seus impactos não seriam imediatos, mas para o próximo período.

Uma segunda questão que eu gostaria de levantar — e isto já foi perguntado aqui — é se existe, por parte do Governo, alguma discussão sobre se nós poderíamos também traçar metas. Isso nos incomoda muito, porque nós aqui discutimos muito meta de superávit, meta de ajuste, mas eu acho que o Brasil precisava estabelecer uma meta de crescimento, especialmente de um crescimento da participação da nossa indústria no PIB. Isso nos causa muita preocupação.

E isso tem a ver também com a queda da nossa arrecadação. É claro que, estando o câmbio desvalorizado neste momento, momentaneamente podemos respirar em relação a isso. Mas isso não significa uma política mais estruturante. Eu acho que o centro, o principal, o que nós precisamos encarar a médio prazo é exatamente essa questão de retomar o ambiente e as condições para que a gente possa retomar um período mais consistente de desenvolvimento industrial, exatamente baseado na inovação tecnológica, baseado na recuperação da capacidade da indústria nacional e, eu diria, quase em um processo de reindustrialização. Essa é uma necessidade premente.

Pergunto também ao Sr. Ministro, caso seja verdadeira essa afirmativa, quais são os mecanismos e políticas que poderiam coadunar com essa preocupação para o próximo período.

Como último comentário, Sr. Ministro, acho também que nós precisamos equilibrar, de fato, essa questão da Previdência, sob o risco de nós termos que optar, num período curto de tempo, por exemplo, por políticas destinadas a crianças, em detrimento de políticas para a terceira idade, para os idosos, tamanha é a desproporção de um crescente gasto com a Previdência. E há a impossibilidade, que agora se acentuou também, não especificamente em relação à Previdência, de gastos obrigatórios, com essa imensidão de pautas em que o Congresso está mergulhado, que impactam no aumento de despesas não discricionárias, mas despesas obrigatórias para o Governo para o próximo período.

Desse modo, Sr. Ministro, eu queria dizer esta Comissão também tomou a decisão de fazer um ciclo de debates, para que possa contar com economistas e personalidades que se têm debruçado sobre esse debate econômico e



orçamentário, no sentido de trazer mais elementos a esta Comissão, certeza e segurança sobre as medidas que o Governo tem adotado.

Agora, eu queria transmitir que o nosso esforço, enquanto base do Governo, tem sido o esforço de buscar uma melhor compreensão dessas políticas, para que, com maior convicção, possamos enfrentar esse desafio, que é o desafio de aprovar essas medidas e recolocar o País na condição de, em um período muito curto, retomar o seu crescimento. É a única forma, a partir do crescimento e de um ambiente de melhora na economia, de mantermos os principais programas sociais e as principais conquistas obtidas nas últimas duas décadas.

Essas são as questões que trago.

Agradeço ao Sr. Ministro a atenção. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Teobaldo) - Com a palavra o Deputado Izalci.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Ministro, V.Exa. sabe do respeito que tenho por V.Exa., mas o grande problema que eu vejo na situação atual é a questão de credibilidade. Quando na proposta do PPA se coloca que o eixo estratégico é a educação de qualidade, no primeiro item, nós concordamos. Ninguém rejeita isso, muito pelo contrário. Agora, o que está entre o papel e a prática é que realmente nos leva a um descrédito muito grande. Eu acho que essa questão da credibilidade é fundamental. E a crise por que nós estamos passando hoje, passa pela credibilidade — não a de V.Exa., mas a do Governo a que V.Exa. serve.

Vou fazer aqui um histórico do Orçamento: o Governo encaminhou uma proposta orçamentária para o Congresso Nacional, com um déficit primário de cerca de 30 bilhões, sob o argumento de que todos os esforços foram realizados e a equipe econômica não encontrou nenhum espaço para ajustar a proposta. Uma semana depois, após o estrago que a decisão desastrosa do Governo fez no mercado, inclusive agravado pela perda do grau de investimento de uma das mais importantes agências de avaliação de risco, quando perdemos o selo de qualidade de bom pagador, vocês voltam atrás e encontram uma fórmula mágica para sair do déficit, anunciando um superávit no mesmo montante. O mercado não se engana, e outra agência de avaliação de risco já sinalizou a possibilidade de também retirar o grau de investimento do Brasil.



Eu gostaria de saber, Sr. Ministro, sobre qual proposta V.Exa. veio discutir aqui nesta comissão. O ajuste anunciado requer o envio de uma nova proposta orçamentária, pois tem reflexos tanto na receita quanto na despesa. A receita corrente líquida, um dos parâmetros mais importantes da LOA, pois serve de referência para várias decisões a serem tomadas pelo Congresso Nacional, inclusive as emendas impositivas, está com a sua estimativa comprometida, pois tanto os efeitos da alteração dos parâmetros macroeconômicos quanto os ajustes propostos na receita exercerão forte influência na receita corrente líquida.

Portanto, eu gostaria de saber quando será encaminhada a nova proposta orçamentária com os ajustes propostos. Quando será encaminhada para o Congresso?

Com relação à Saúde, ao analisar a proposta orçamentária provisória encaminhada pelo Governo, encontramos algumas incoerências que nos saltam aos olhos. Foram alocados no Ministério da Saúde 52,2 bilhões de reais de títulos das dívidas para financiar um dos setores sensíveis da sociedade. São mais de 16 bilhões para o piso de atenção básica, quase 30 bilhões para média e alta complexidade, 3,3 bilhões para assistências farmacêuticas, além de 1 bilhão de reais para medicamentos do Programa de Combate ao HIV. E por aí vai, só para mencionar alguns importantes programas da Pasta.

Diante da trapalhada que foi o envio dessa proposta orçamentária para o Congresso — parece-me que a fizeram assim, *“embrulha e manda”*, só para cumprir o prazo constitucional —, nunca antes na história deste País os programas de saúde pública foram custeados com títulos da dívida, impondo aos nossos netos o custo de tampar o rombo que a desastrosa administração da Presidente Dilma tem feito em nossa economia.

Instiga-nos saber se, de fato, o Governo tomou a decisão de financiar os programas de saúde com endividamento público ou se, por alguma divergência interna na equipe economia, viu-se obrigado a retirar às pressas da proposta orçamentária outra fonte de financiamento, que é a CPMF, para cobrir com a emissão de título da dívida pública. Essa é também uma indagação que faço a V.Exa.



Para concluir, a questão da CPMF. A Proposta de Emenda à Constituição nº 140, de 2015, que recria a CPMF, além de aumentar a carga tributária a nível não mais suportável por nossa sociedade — e aqui estão os nossos Deputados da base, que já questionam isso —, revela, por um lado, mais uma esquizofrenia deste Governo, que realmente é a CPMF; e, por outro lado, mais uma maldade, em sua infundável capacidade de piorar o que já está ruim.

Quais foram os reais motivos para o Governo querer maquiagem o resultado da CPMF proposta, ao retirar o seu produto do cálculo da receita corrente líquida? Qual foi exatamente a proposta quando o Governo tirou a CPMF da receita corrente líquida? Diminuir os recursos para ações de serviço público de saúde, que deverão ser de 13,2% da receita corrente líquida para o próximo ano? Um dos motivos foi diminuir os recursos para as ações dos serviços públicos de saúde, que deverão ser de 3,2% da receita corrente líquida para o próximo ano? Diminuir os recursos de emendas impositivas dos Parlamentares? Qual é, de fato, a ação do Governo, ao retirar a CPMF? Talvez seja em função dessa discordância interna.

Estas são as minhas indagações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Teobaldo) - Com a palavra o Deputado Cacá Leão.

O SR. DEPUTADO IZALCI - V.Exa. não disse que, após a terceira, seriam as respostas, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Teobaldo) - Nós temos 11 inscritos.

Então, vamos ouvir o Ministro. Em seguida, nós voltamos com o Deputado Cacá Leão.

O SR. MINISTRO NELSON BARBOSA - O Deputado João Fernando pergunta sobre o crescimento, o lucro dos bancos e outras fontes tributárias.

O crescimento. Nós esperamos que a economia brasileira comece a se recuperar ao longo de 2016. Nós estamos focados, no momento, em construir as bases para essa recuperação. Não é possível que você tenha uma recuperação sustentada do crescimento se não tiver o controle da inflação, a estabilidade do câmbio e estabilidade fiscal. E é por isso que, por mais paradoxal que seja, o primeiro passo para recuperar o crescimento é tomar algumas medidas que são restritivas, para controlar a inflação, recuperar o fiscal e estabilizar a taxa de câmbio.



Nas últimas semanas, nos últimos meses, houve uma turbulência que está afetando vários preços de ativos. Isso cria uma incerteza, que está atrasando a recuperação. Mas, à medida que isso for superado, a partir do melhor entendimento entre o Executivo e o Legislativo e da aprovação de medidas na direção do reequilíbrio macroeconômico, eu acho que essa incerteza se dissipa, e aí nós podemos ter uma recuperação mais rápida.

Qual é o passo para isso? Com a redução da inflação, a taxa de juros pode voltar a cair, e aí você pode começar a ter um círculo virtuoso. Nas expectativas que o mercado tem para o ano que vem... O mercado prevê hoje uma queda do nível de atividades do ano que vem, mas, mesmo com essa previsão de queda, ele prevê um início de ano ainda adverso, com a economia se recuperando a partir da segunda metade do ano que vem.

Nós trabalhamos para que esse cenário de recuperação seja antecipado o mais rápido possível, e hoje isso passa por reduzir essa incerteza sobre a evolução da política fiscal. Com isso, uma vez reduzida essa incerteza, você tem reflexos imediatos na taxa de juros e na taxa de câmbio, e aí você pode começar essa recuperação.

Na questão dos impostos, nós adotamos algumas medidas — eu acho que os senhores têm acompanhado — de aumentar a CSLL dos bancos. Isso foi aprovado recentemente. A CSLL dos bancos foi aumentada, se não me engano, de 15% para 20%. Isso também já captura um pouco esses lucros que as instituições financeiras estão tendo neste momento de taxa de juros mais altas. Já foi uma medida nesse sentido.

Nas outras formas de tributação, nós propusemos, junto com essas medidas, uma revisão da tributação sobre ganhos de capital. É uma das medidas provisórias que está para ser analisada pelo Congresso.

Nós adotamos uma tributação progressiva, ou seja, se você tem um ganho de capital de 1 milhão, você tem uma taxa mais baixa; se você tem um ganho de capital de 10 milhões, 500 milhões, você tem uma tributação maior. Então, já é uma medida para diferenciar essa tributação direta, principalmente de quem tem uma renda maior ou um ganho de capital maior. Vai na direção de se taxarem grandes riquezas,



mas no fluxo, da maneira como normalmente é mais eficiente na tributação de ganho de capital.

Na questão dos juros, espera-se, para o ano que vem, uma redução do pagamento de juros em proporção do PIB. Se você pegar a projeção, este ano o pagamento de juros em proporção do PIB está em cerca de 8% do PIB, grande parte devido ao custo dessa depreciação, porque aumentou o custo de *swaps* cambiais. No ano que vem, com a projeção de redução da taxa de juros e de estabilização da taxa de câmbio, espera-se que esse pagamento de juros caia para cerca de 6% do PIB. Então, é uma redução substantiva.

Já a questão de diminuir a amortização, ela segue o prazo de vencimento da dívida. Eu não tenho detalhes. V.Exa. está colocando que, no ano que vem, há uma diminuição da amortização. Deve ser porque no ano que vem tem pouco vencimento de títulos. É por isso que a amortização é menor que a deste ano.

Deputado Wadson, agradeço o apoio do PCdoB em todas as votações. Eu acho que é muito importante a participação de V.Exa. e dos demais representantes do PCdoB. Com certeza, há necessidade de redução de despesas, mas, como o senhor colocou, nós estamos vivendo uma situação em que receita deste ano, a receita de impostos e contribuições prevista para este ano, é 13,4% do PIB. Ela é 1,5% do PIB abaixo do que ela era em 2007. Houve, pós-crise de 2008, uma queda da base de arrecadação do Governo. Isso foi fruto da queda do nível de atividade, mas foi fruto das desonerações que foram feitas. Hoje se cobra muito menos IPI do que se cobrava no passado. Hoje você tem o Super-SIMPLES com muito mais amplitude do que se tinha no passado.

Então, foi feito um esforço de desoneração, de melhora da eficiência tributária da economia, que em parte se reflete nessa arrecadação. Então, não é só um problema de controlar despesa — esse é o maior problema —, mas há também, temporariamente, devido à redução do nível de atividade, uma queda da arrecadação do Governo.

É por isso que a recuperação fiscal anda junto com recuperação do crescimento. Ela é necessária para viabilizar o crescimento, e o crescimento viabiliza a recuperação fiscal. Na verdade, elas andam juntas.



Na questão da CPMF, a nossa proposta é a recuperação da receita com esse imposto, como eu coloquei. Nós o consideramos a alternativa menos distorciva. Sabemos da dificuldade...

O SR. DEPUTADO WADSON RIBEIRO - Avançou alguma discussão em relação à proposta com Governadores e Prefeitos de alteração de... Houve alguma outra discussão?

O SR. MINISTRO NELSON BARBOSA - Eu vou até colocar isso como resposta à pergunta do Deputado Izalci. A nossa proposta... Nós propusemos a CPMF com uma alíquota menor do que era anteriormente, só 0,2%, porque nós achamos que isso é o necessário para a necessidade de reequilíbrio fiscal da União no curto prazo. Há uma discussão com Governadores, que vieram ao Congresso Nacional e apresentaram um manifesto, se não me engano.

Essa é uma discussão que é adicional à proposta do Governo. O Governo mandou a proposta que acha necessária para o reequilíbrio das suas contas e, principalmente, naquele gasto que é eminentemente federal, que é o da Previdência Social, que vai ter um aumento do déficit previsto para este ano e para o ano que vem. Então, essa é uma discussão. Se eventualmente há uma incorporação de demandas regionais ou não, é uma discussão mais federativa, que está acontecendo no Congresso. A nossa proposta é a que foi enviada na proposta de emenda constitucional.

E eu acho que, apesar das dificuldades, nós mantemos essa proposta como plano A, B, C e D, porque é o que nós consideramos a proposta menos distorciva e mais adequada nesse momento, que implica suas dificuldades, sejam regimentais, de tramitação ou também políticas.

Na questão do crescimento, crescimento é resultado. Eu concordo com o senhor em que crescimento é fundamental. A melhor política social de qualquer Governo é crescimento e geração de emprego. Essa é a melhor política social. As pessoas podem ser agentes da sua própria inclusão social.

Agora, crescimento é resultado. O crescimento depende das decisões das famílias, das empresas. Então, o que nós procuramos fazer é criar as condições para a recuperação da economia. É por isso que nós, insistentemente, batemos na



tecla de que o primeiro passo é maior previsibilidade na inflação, no câmbio e no fiscal, para recuperar o crescimento.

Agora, a recuperação sustentável do crescimento depende da recuperação do que nós economistas chamamos de produtividade do trabalho. Então, nós temos a população brasileira crescendo cerca de 0,7% ao ano. E havendo uma taxa de crescimento da propriedade de 2%, isso daria uma taxa de crescimento de 2,7%. Não precisa crescer mais do que isso.

Então, você tem que ter políticas para aumentar mais a produtividade do trabalho, e isso requer investir mais em educação, investir em infraestrutura, investir em inovação. Há medidas que, parece, aumentam a produtividade. Mas há medidas institucionais que aumentam a produtividade: simplificação tributária, desburocratização, melhor regulação dos mercados. Isso é como se fosse uma medida tributária. Se eu simplificar a tributação, as empresas vão ter que dedicar menos horas para cumprir seus compromissos, e o Governo vai ter que dedicar menos horas para verificar se elas estão cumprindo seus compromissos. É por isso que as reformas tributárias que o Ministério da Fazenda está liderando são também medidas de aumento da produtividade.

Então, pode-se aumentar a produtividade com isso e aumentar também a taxa de participação. Apesar de o crescimento da população brasileira estar desacelerando, ainda tem muita gente fora do mercado de trabalho. Então, é preciso aumentar a taxa de participação no mercado, com maior formalização e participação.

Nesse caso, nos países onde aconteceu, isso é principalmente, também, uma política social. Dando mais condições para as pessoas trabalharem — por exemplo, com mais creches, as mulheres podem trabalhar mais, não ficam com uma dupla jornada —, então você também pode aumentar a taxa de participação.

Com essas medidas, nós achamos que é possível recuperar a taxa de crescimento da economia brasileira para mais de 3% no médio prazo. Agora, isso é um trabalho de construção. O Governo não tem meta de crescimento. Adota as medidas para melhorar o crescimento.

No caso da indústria, eu acho que também o foco deve ser no aumento da produção industrial, não necessariamente na participação da indústria no PIB. Por



quê? Porque, às vezes, a indústria pode ir muito bem e, ainda assim, a participação dela no PIB cair porque a agricultura foi melhor. Então, para não criar uma corrida — às vezes todo mundo vai bem, só que um vai melhor do que o outro —, portanto, eu acho que o foco é aumentar a produção industrial por habitante no Brasil. Eventualmente, se isso vai causar um aumento da participação da indústria no PIB ou não, vai depender de como vai evoluir o setor de serviços, onde também se pode aumentar bastante a produtividade, e o setor agropecuário.

O Deputado Izalci fez várias perguntas.

Deputado, nós enviamos a proposta com o déficit porque era aquele quadro no momento da devida proposta. Nós estávamos debatendo várias alternativas. Uma delas era a alternativa da CPMF, uma discussão que envolvia também qual a característica de eventualmente se adotar uma CPMF: se uma CPMF voltada para a saúde, como foi no passado, ou uma CPMF para outro fim; uma CPMF com uma repartição federativa ou uma CPMF somente para o Governo Federal. Aquela discussão não era ainda suficientemente consensual ou construída, para se enviar ao Congresso Nacional.

Depois, quando nós enviamos a proposta orçamentária, nós também destacamos que íamos continuar trabalhando para melhorar aquele resultado. Mas aquele resultado refletia o cenário macroeconômico previsto para a economia brasileira e a estrutura de leis e regulações previstas. Algum resultado melhor do que aquele requeria ou uma mudança no cenário macroeconômico ou a adoção de mudanças legislativas para melhorar aquele resultado, que foi exatamente o que nós fizemos na sequência.

Continuamos trabalhando, continuamos construindo uma proposta, seja da CPMF, seja a proposta de outros cortes de gastos. Como o senhor ouviu, a gente tem que entrar em alguns gastos bastante prioritários, que são gastos de saúde. Esse foi o trabalho que feito nas semanas seguintes. Nesse processo, o Governo decidiu fazer uma CPMF somente no âmbito do Governo Federal e com destinação para a Previdência Social, porque, primeiro, é onde nós temos um aumento maior do déficit no próximo ano; e é onde nós temos proposta de curto, médio e longo prazo para resolver a questão. Então, isso enfatiza a natureza temporária da CPMF.



Por que ela foi destinada somente para o Governo Federal, e não para a saúde? Porque consideramos a CPMF como uma fonte de receita temporária, enquanto estamos construindo essa proposta de melhora dos gastos da Previdência, que vai reduzir a taxa de crescimento desses gastos. Então, por isso, não se destinou para a saúde. E é por isso que, na proposta original, enquanto nós ainda estávamos construindo essa iniciativa, foi-se alocado financiamento da saúde para uma fonte, como o Deputado colocou, se não me engano, a fonte 144, que pode ser realocada dentro da tramitação do Orçamento.

Mesmo o Orçamento enviado quando ele ainda tinha um déficit, ainda se respeitou a chamada regra de ouro. O volume de operações de crédito é igual ou inferior ao volume total de investimento do Governo Federal, incluindo as estatais. Depois disso, o Governo continuou a trabalhar em novas medidas, em novas fontes de receita e, principalmente, em novas possibilidades de redução do gasto.

Com a questão da carga tributária, como eu já coloquei, acho que essas são medidas extremas...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Será encaminhada para a Casa essa proposta?

O SR. MINISTRO NELSON BARBOSA - Vou responder, vou responder.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Só quero lembrá-lo disso, porque o que está acontecendo aqui? Nós estamos aprovando as medidas, para depois aprovar a Lei Orçamentária, para depois aprovar o Plano de Diretrizes Orçamentárias, para depois aprovar... Estamos fazendo o contrário! Nós já devíamos ter aprovado a lei. Está-se invertendo a situação.

O SR. MINISTRO NELSON BARBOSA - Bem, as medidas de receita, para não ficar... A MP dos ganhos de capital já foi enviada, as PECs do lado da despesa e o Projeto de Lei que regulamenta a aplicação do teto previdenciário já foram enviados. As demais medidas tributárias, eu creio que o Ministério da Fazenda deve enviá-las ao Congresso Nacional nos próximos dias.

Do ponto de vista da Lei Orçamentária, como o Relator já colocou, nós estamos construindo essa redução do gasto discricionário para ter esse processo definido até o final de outubro, no máximo. Então, o trabalho já está avançado com a Consultoria Legislativa para definir onde vai haver esses cortes.



No caso do funcionalismo, é uma regra que vai na LDO, no caso dos concursos; é uma PEC, no caso do abono de permanência, que já foi enviada ao Congresso Nacional; e, no caso dos reajustes, é um acordo caso a caso, com cada categoria. Então, hoje, enquanto nós conversamos aqui, Deputado, está havendo uma reunião com os Sindicatos do CONDSEF e com o Sindicato do INSS, para fechar esse acordo. Fechando-se um acordo — esse é um projeto de lei específico para cada categoria, que também vai ser enviado —, nós vamos consolidar isso tudo e mandar isso como uma mensagem, objetivamente, não nos termos legislativos. Nós vamos mandar uma mensagem, alterando os números que estão no Projeto de Lei Orçamentária.

Como isso envolve essa iniciativa de que eu falei, de tentar sugerir onde... Nós vamos tentar reduzir nosso gasto onde nós achamos que há mais possibilidade ou probabilidade ou possível interesse dos Parlamentares de direcionar suas emendas. Então, esse trabalho de construção está levando um tempo maior.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Inclusive, na apresentação de V.Exa., está escrito que o prazo de emenda é de 1º a 20 de outubro. Portanto, se for encaminhado posteriormente, é evidente que vai ser necessário rever as datas das emendas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Leal) - Depois, Deputado Izalci, nós poderemos voltar ao tema, ao debate, só para esclarecimento.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Essa é a primeira pergunta. Há as outras, de natureza tributária.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Leal) - Há aqui os demais inscritos.

O SR. DEPUTADO IZALCI - S.Exa. está respondendo à questão tributária.

O SR. MINISTRO NELSON BARBOSA - Na questão tributária, V.Exa. indagou por que nós não a colocamos na RCL. Porque ela não é receita temporária, então nós não a colocamos na RCL para não causar um aumento permanente de gasto. Se ela entra na RCL, poderia gerar o aumento de alguns gastos que estão vinculados à RCL. Nós não a colocamos na RCL principalmente para direcionar isso, para atenuar o déficit da Previdência no curto prazo, enquanto nós construímos as propostas da Previdência lá do gasto.



E, com a recuperação do crescimento, a receita corrente líquida deve se recuperar já a partir do ano que vem. Nós estamos vivendo uma situação de anomalia. Esse ano a receita corrente líquida ficou muito abaixo do que estava projetado. Por isso, houve uma queda na previsão de gasto com saúde e uma queda na previsão de gasto com a emenda. Eu posso garantir a V.Exa. que a previsão de receita corrente líquida para o ano que vem é uma previsão realista. Até queria que fosse melhor, mas nossa obrigação é fazer uma previsão que achamos mais conservadora e segura.

Então, foi tomada essa decisão de não incluir a CPMF na receita corrente líquida, por quê? Primeiro, porque para nós ela temporária. São 4 anos. Segundo, ela vai no gasto da Previdência enquanto nós construímos essas propostas para reduzir a taxa de crescimento do gasto da Previdência no médio e longo prazo. Terceiro, se entrasse na RCL, ela ia acabar aumentando o gasto, mas no curto prazo, ou seja, não ia contribuir de maneira efetiva para o problema imediato que nós temos, que é reduzir, recuperar o resultado primário no ano que vem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Leal) - Vamos dar continuidade aos trabalhos. O próximo inscrito é o Deputado Cacá Leão. *(Pausa.)*

Não estando presente S.Exa., concedo a palavra ao Deputado Pedro Fernandes. O próximo é o Deputado Hildo Rocha.

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Leal) - Pois não.

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES - Eu gostaria de fazer um comentário aqui para o Ministro, mas eu só falarei quando o Ministro puder estar atento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Leal) - Aguarde, S.Exa. vai prestar atenção, Deputado Pedro Fernandes.

(Pausa.)

Houve uma intervenção rápida aqui, mas tudo já foi resolvido. Com a palavra o Deputado Pedro Fernandes, para fazer a sua pergunta.

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES - Obrigado, Presidente Hugo Leal.

Ministro, eu acho que a questão brasileira é uma questão de credibilidade. Eu estou já há 5 mandatos nesta Casa e nunca havia sido abordado tanto na rua como



agora, neste período de 2015. As pessoas estão envolvidas e preocupadas com a economia.

Eu acho que o Governo perde grandes oportunidades. Por exemplo, acho que, neste Plano Plurianual, o Governo deveria ser bem claro ao dizer que ele quer fazer algumas reformas estruturais do Estado, reforma tributária, reforma da Previdência. Aqui isso não é tocado. Nós estamos perdendo uma oportunidade. Eu acho que o Governo deveria aproveitar o Plano Plurianual e dizer que estão previstas essas reformas estruturantes.

Alguém já disse que desenvolvimento econômico é como maré alta: levanta todos os barcos. Mas não é o caso de nós termos maré alta para esses próximos anos. Vamos viver uma dificuldade enorme. Então, parece-me que o Governo perde muitas oportunidades. Uma das oportunidades era trazer no Plano Plurianual a possibilidade de a gente fazer essas reformas.

Nós estamos aqui com o Deputado Hildo Rocha comandando uma reforma tributária. Essa reforma tributária já vem tramitando há mais de 20 anos aqui nesta Casa. V.Exa. diz que o Ministério da Fazenda está liderando um processo de reforma tributária; quer dizer, não está dando nem bola para o que está acontecendo na Câmara Federal. Lá, está-se fazendo a de PIS e COFINS. Não estão dando nem bola para o que está se passando aqui.

Eu acho que seria uma grande oportunidade para Governo e Legislativo sentarem e fazerem alguma coisa. Lembro-me Itamar Franco, em seu Governo, aproveitou a proposta de CPMF que estava aqui e a criou, e o Governo tem uma aqui, na PEC 31, e está querendo mandar outra. Não sabe nem aproveitar os desgastes.

Mais do que isso, trata-se é de credibilidade. Eu acho que o Governo tem de passar austeridade para a população. Quer aumentar o Imposto de Renda, quer botar CPMF. Hoje eu estava almoçando, Ministro, e na mesa ao lado algumas pessoas comentavam: *“Olha o que Dilma fez, Foi para o mesmo hotel de 10 mil dólares, quarenta mil reais a diária e quer nos taxar”*. Isso é voz corrente. Aí, pegam Deputado para apoiar, só dando Ministério, como está dando ao PMDB, porque vai ser difícil aprovar se não mostrar austeridade.



Custa essa delegação ser menor? Custa ir à embaixada? Custa ir a um hotel menor, para passar isso à população? Os gastos com cartões corporativos, ninguém sabe. A população quer saber. Afinal de contas, ela vai pagar CPMF, e o Levi ainda diz assim: *“São só 0,2%. De mil reais, é muito pouco”*. Isso aí passa a ser deboche para a população.

Então, temos de ter austeridade. O Governo precisa mostrar isso, ser mais duro. Nós estamos aqui é para apoiar o Governo. Eu tenho apoiado. Mas até aonde nossa paciência pode chegar se o Governo não tem cuidado com isso que apresenta? Apresenta-se como se fosse um império, como se fosse uma família muito rica que não mostra isso para população. É isso que a gente lamenta.

Quero fazer uma pergunta a V.Exa. em nome das universidades. Participamos agora de alguns encontros com as universidades, e elas estão preocupadas com seus custeios. É verdade que nos últimos 12, 13 anos, as universidades públicas no Brasil cresceram muito, mas elas estão preocupadas com o custeio. Os hospitais públicos, principalmente os universitários, também estão preocupados com o custeio.

Portanto, queria saber de V.Exa. sobre essa questão de dizer que precisamos de prioridades. Por exemplo, o Governo Federal gastou 14 bilhões com o FIES e, até para dar satisfação, está mantendo o fundo. No ensino básico, gastou só 10 bilhões de reais. Onde é que está a prioridade nisso?

Eu acho que essas questões precisam ser enfrentadas com a população brasileira. Ficaria muito fácil essa discussão com a sociedade desde que déssemos exemplo. Aquele Mujica, do Uruguai, tem credibilidade porque é uma pessoa humilde. É uma pessoa simples. Ele está aí para dialogar com a sociedade, e nós não vemos isso dos nossos governantes, não só da área da Presidência da República, como de nossos Governadores, que continuam esbanjando, e muito, por esse Brasil afora.

O que nós precisamos é colocar no Plano Plurianual que faremos as reformas estruturantes de que este Brasil precisa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Leal) - Obrigado, Deputado Pedro Fernandes.



Com a palavra o Sr. Deputado Hildo Rocha.

Em seguida, terá a palavra Caio Narcio.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Sr. Presidente, Sr. Ministro Nelson Barbosa, Esther, colegas Deputados e Deputadas, o Deputado Pedro Fernandes falou a respeito do apoio do PMDB ao Governo da Presidenta Dilma.

Esse apoio, S.Exa. sempre teve, desde o mandato anterior. Afinal de contas, o Vice-Presidente dela é do PMDB. Essa aliança existe há muito tempo. O que acontece é que boa parte dos políticos e da imprensa nacional estão desvirtuando o assunto. Trata-se de uma reforma administrativa que o Governo está fazendo para diminuir a quantidade de Ministérios justamente para diminuir as despesas correntes, as despesas de custeio. Dentro dessa reforma administrativa, a Presidente Dilma chamou o PMDB para tratar sobre o espaço que o partido teria nesse novo formato administrativo do Governo Federal. É simplesmente isso. Não apenas o PMDB, mas todos os partidos da base, que apoiaram a Presidenta Dilma, têm o direito de participar do Governo. Afinal, se apoiou, foi para também participar da administração.

Com relação ao tema aqui tratado sobre a LDO, o PPA e a LOA 2016, o que eu gostaria de saber do Sr. Ministro é se a LDO receberá um novo adendo por parte do Governo, do Ministério do Planejamento, para que possamos ter a tranquilidade de votá-lo aqui, nesta Comissão; ou se haverá uma mudança na Lei Orçamentária, o que eu entendo que deve haver. Mas eu gostaria de saber se os dois projetos irão trazer modificações.

O que eu pude perceber na Lei Orçamentária é que as nossas três previdências públicas estão deficitárias — todas as três. Há algum projeto, algum plano do Governo de fazer uma reforma da Previdência, para que haja um equilíbrio de receita e despesa dessas três previdências? Eu vejo que o Governo tem dois gargalos: um deles é a Previdência deficitária e o outro é o alto índice de endividamento do nosso País. Quanto mais os juros aumentam, mais aumenta o nosso endividamento, mais aumenta o juro àqueles que têm letras no Tesouro Nacional, o que vem causando um impacto muito negativo na nossa economia.

O que eu não consigo entender também é que a nossa Lei de Finanças Públicas, Lei nº 4.320, de 1964, diz que as receitas correntes são utilizadas com



despesas correntes e as receitas de capital, com despesa de capital. Empréstimo, a meu ver, pela legislação, é receita de capital. Então, um empréstimo não poderia estar subsidiando, pagando despesas correntes. Estaria ocorrendo isso neste momento ou estaria previsto para 2016?

Com relação ainda à mesma Lei nº 4,320, o §1º do art. 7º diz:

“Art. 7º.....

§ 1º Em casos de déficit, a Lei de Orçamento indicará as fontes de recursos que o Poder Executivo fica autorizado a utilizar para atender a sua cobertura.”

Eu não vi no projeto de lei, mesmo ele tendo vindo já com um déficit previsto.

Com relação às universidades, recebi agora uma informação da assessoria da CMO — até o Deputado Pedro Fernandes falou — de que haverá outra audiência especificamente sobre as universidades, porque V.Exa. não teve tempo de se preparar para tratar do assunto nesta audiência.

Então, Sra. Presidente, Senadora Rose de Freitas, são essas as minhas colocações. Agradeço e entendo o momento por que passamos — o momento é difícil. Vejo o nosso Orçamento: uma despesa de quase 3 trilhões de reais e uma receita tributária de pouco mais de 1 trilhão e 400 bilhões. Portanto, é muito preocupante o momento que o País vive.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Nós temos vários oradores ainda inscritos, mas presentes estão o Deputado Caio Narcio e o Deputado Edmilson Rodrigues, com os quais encerramos a parte de perguntas.

Com a palavra o Deputado Caio Narcio.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Sr. Ministro, o Deputado Ricardo Barros fez um questionamento acerca das receitas do BNDES. Nós sabemos que não é de praxe elas estarem descritas na peça orçamentária, mas enxergo que, num momento de crise, como o que estamos passando, talvez seja o momento de rever de onde vêm essas receitas e quais têm sido os encaminhamentos para as prioridades do País.

Talvez fosse uma oportunidade de dar mais transparência a esses valores, até mesmo colocando isso na Lei Orçamentária. Também poderíamos ter uma condição de rever o formato e a transparência na relação desses recursos. Afinal de



contas, estamos falando, em um momento de crise, de valores que ultrapassam a quantia de 100 bilhões de reais.

Com relação à CPMF, a Presidente disse, em várias vezes, em várias oportunidades, que ela achava que jamais iria retornar com a CPMF, porque ela entendia que a contribuição era um engodo. Pergunto: V.Exa. acha que a palavra da Presidente não valer nada atrapalha as pessoas a confiarem no Brasil? Atrapalha as pessoas a acharem e a acreditarem que o Brasil é um País sério, uma vez que o Governo parece não ligar para o fato de a Presidente ser mentirosa? As palavras são duras, mas são reais. Ela disse que não, e agora a proposta do Governo é voltar com a contribuição. Isso é mentira. E, apesar de as palavras serem duras, isso, na realidade, é o que está acontecendo hoje no Brasil.

Com relação ao Orçamento. Geralmente nós temos 1 ano para podermos fazer a peça orçamentária do espaço de 1 ano para o outro. O Governo gastou esse 1 ano para fazer um planejamento. E mandou uma peça orçamentária de 30 bilhões de déficit. Em um final de semana, após a imprensa e algumas agências dizerem a respeito do déficit, o Governo, num final de semana, resolveu achar o buraco de 30 bi e achou 30 bilhões. Não só isso, também colocou mais 30 bi de superávit. Pergunto: V.Exa. acha que esse improviso é a melhor maneira de planejar o Brasil? Não é difícil fazer as pessoas acreditarem que este Governo é sério? Uma semana atrás, ele dizia que tinha um buraco insanável de 30 bilhões e, depois de um final de semana, ele acha a maneira de fazê-lo.

Com relação aos cortes na agricultura e pecuária que foram previstos, V.Exa. acha realmente adequado fazer esse corte? Não acredita que esses cortes podem provocar um efeito inverso, com baixas de arrecadação num setor que exporta muito?

Por fim, gostaria de uma declaração pessoal de V.Exa., até mesmo porque não participava, pelo menos não estava nas decisões anteriores. V.Exa. acha que o problema do Brasil é falta de recurso ou falta de planejamento e confiança? Em qual momento acha que a culpa é do Governo? Eu digo isso porque o que se percebe, quando se fala na questão da nossa crise... Principalmente aqui, no Brasil, não falta dinheiro. Nós temos uma grande receita, entre as maiores de todo o planeta, com uma população não tão grande quanto a nossa receita. Portanto, fica muito claro



que a população enxerga hoje que no Brasil falta a verdade. E, com a verdade, também tem faltado o planejamento. Digo isso nos últimos casos, porque a Presidente repete, e o faz de forma improvisada, várias maneiras de conduzir o Brasil. Por exemplo: vou acabar com dez Ministérios e, de repente, ela tem que dar mais sete Ministérios para o PMDB. V.Exa. acha que a Presidente vai conseguir cumprir o corte dos dez Ministérios? V.Exa. não acha que os cortes estão desproporcionais? Na população, corta-se muito e, no Governo, corta-se pouco. Os gastos que estão nos cartões corporativos não deveriam fazer parte também desses cortes e ter uma maior transparência?

Estão feitas as minhas condições. Só ressalto esta pergunta: o Governo faz ou não a mea-culpa? Acha que a culpa é das suas atitudes de não ter reconhecido os seus problemas ou acredita que é tudo culpa dos outros, do Parlamento, algumas vezes, ou da crise internacional? Em qual momento o Governo reconhece ou não que tem um problema? Para mim, para encerrar as minhas palavras, nós só conseguiremos resolver um problema, quando a gente admitir que ele existe. E até agora, apesar de tudo, não vi, por parte do Governo hora nenhuma, a mea-culpa de nada. A culpa tem sido sempre dos outros, e nunca dele. E o povo continua pagando.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Concedo a palavra ao Deputado Edmilson Rodrigues.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Vou ficar mais próximo do Deputado Hildo Rocha aqui, que, além de ser maranhense, é do PMDB — que agora comanda o Governo.

Com todo o respeito, Sra. Presidente. É para quebrar um pouco o clima.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu sou do PMDB do B.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Mas, Sr. Ministro, são os ônus de ser Governo, não é? E, ao mesmo tempo, o bônus de poder se expressar e contribuir com o debate desta Comissão, que é uma Comissão de importância estratégica para o País. Então, eu queria lhe agradecer, como Deputado e cidadão, pela disponibilidade de debater.

Quero dizer, de antemão, que eu avalio de altíssimo preparo a sua equipe e o preparo pessoal de V.Exa., que é inquestionável. Nós temos que dizer: V.Exa. é



preparado — como outros Ministros, realmente, são inquestionavelmente muito preparados. Conhecem a sua pasta, falam com segurança e convicção sobre aquilo que defendem.

Então, faço essas observações, no entanto, para dialogar criticamente, porque, apesar do respeito, eu queria dizer que há algumas coisas feitas que, mesmo considerando que o que eu não penso em tese pode se justificar, às vezes, é feito de forma, digamos assim, a negar a própria qualidade da equipe.

Umas delas é contingenciar ou fazer talhos que cortam a grande árvore e a pequena árvore com o mesmo nível por onde passa a motosserra, destruindo grande parte do caule e da copa das grandes e mantendo praticamente intactas as pequenas. Só que, na administração pública, às vezes, ocorre o inverso. É que a árvore pequena dá frutos maiores do que, muitas vezes, a grande árvore.

Diferentemente até de outros Deputados, eu acho que não devia ser cortado necessariamente, mas o contingenciamento, às vezes, pode-se justificar. E, melhorando as condições de ingresso de recursos, descontingencia-se. Mas até, por exemplo, a área citada aqui — que é corte da agricultura e pecuária —, se tivesse que advogar por alguma, eu não seria por ela.

Se nós lembrarmos que foram 156 bilhões a aplicação do Plano Safra para o agronegócio, para a grande pecuária e agricultura em 2014, em 2015, projetou-se para 198, parece-me. Ou seja, mais de 20% — muito acima da inflação. Então, os “agronegocistas” reclamam de quê?

É bem verdade que o Patrus Ananias também teve um aumento acima da inflação — que bom. Mas eu fico muito triste — como professor universitário, já há mais de 30 anos — de ver a penúria da educação e das universidades brasileiras, Sr. Ministro. Acho que tem que ser feita uma reversão grande e outros instrumentos de arrecadação devem ser experimentados. Acho que é isso que pode dar poder ao Governo para superar o desgaste e para ajudar na reconstrução da economia e do equilíbrio social e ecológico do País.

Então, quando aqui se fala em déficit de 31, 32 bilhões, na verdade, é bom que se diga que há muitas décadas o Brasil vive em déficit, mesmo quando se contabiliza superávit, em vários anos, do Fernando Henrique, do Itamar, da ditadura militar e mesmo no Governo Lula.



Então, agora a estratégia de anunciar um déficit parece-me que é para colocar um bode na sala e depois retirar. Talvez tenha sido essa estratégia, mas, a rigor, como é que se fala em superávit, quando se tem, mesmo para um orçamento projetado para 2016, mais de 40% comprometidos com juros e amortização de uma dívida? Amortização é sempre tão pequena diante do que se acumula pelos juros elevados, apesar de ser tão grande se comparada, por exemplo, com os cortes que se fazem nesse ajuste fiscal.

Então, é um absurdo que se tenham gasto hoje mais de 600 bilhões com a dívida pública, por exemplo, e que se tenha que cortar 9.200 reais, depois mais 1 bilhão, da educação, num País com tão baixos índices de qualidade da educação — apesar de as estatísticas mostrarem um maior acesso rumo à universalização, especialmente no ensino fundamental. Então, eu creio que áreas como saúde e educação não podem sofrer os reveses que estão sofrendo, Sr. Ministro.

Por outro lado, quer ver uma área tão fundamental como aquela árvore pequena que dá lindos frutos? Eu, como pesquisador, como um acadêmico... Mas qualquer órgão do Governo que tem trabalho na base técnico-científica ou qualquer órgão de universidades privadas, institutos que avaliam IPCA ou outros índices não têm como sobreviver e fazer seriamente nenhum consórcio que, por exemplo, faça um estudo de impacto ambiental, fará com rigor.

Para dar um exemplo, estamos debatendo ali — eu fugi de lá para vir — a Hidrelétrica do Tapajós. São 40 previstas. E lá, o Município de Itaituba está reclamando. Há Procurador lá dizendo: *“Ora, nós temos 150 mil habitantes. Estão contabilizando 95”*. É claro que, quando se projetam, por exemplo, impactos na área ambiental, e o consórcio que irá construir a hidrelétrica se responsabiliza com a produção de moradia, é claro que esse planejamento vai ser abaixo do real, na medida em que a população esteja *sub judice* até hoje entre a Prefeitura e o IBGE, dado que houve fraude reconhecida, mas que o IBGE acabou decretando, conforme as suas metodologias, um número de habitantes. Hoje esse número foi superado em muito, mas está sendo usado pelas empresas que compõem o comitê que faz vistoria de impacto ambiental. Aliás, já se lançou o estudo e realmente é uma fraude. É fraude em vários sentidos, inclusive porque os dados fornecidos não são seguros.



Então, me perdoe, porque há reivindicações que são corporativas. Eu tenho feito algumas que são de interesses corporativos, mas que são justas. Por exemplo, concurso público não é um corporativismo. É justo para o Banco Central — V.Exa. respondeu em outro debate —, e para o próprio IBGE... Conversei antes do debate com V.Exa. e o agradeço. V.Exa. disse: *“Olhe, o que está previsto, já em dezembro de 2013, será realizado, apesar do decreto que contingencia também os novos concursos”*.

Então, que bom, porque o IBGE necessita. Eu tenho aqui alguns dados que me apresentaram. Eu vou tentar abreviar. Mas veja só como os efetivos de nível intermediário — esse estudo é de 2006 até 2015 — foram reduzidos em 32%. Os efetivos de nível superior, é verdade, em 9 anos de história do IBGE, aumentaram em apenas 5,6%, contra 32% que se perderam no nível intermediário. Mas os efetivos, em nível total, representam uma perda de 24% do efetivo. Esse concurso não reporá nem metade disso.

Agora, veja bem: é verdade que grande parte das pesquisas circunstanciais, como os censos, são feitas por temporários e, nesse caso, houve um aumento de 172%. Contraditoriamente, com a necessidade de atualização de dados, aumenta-se o número de temporários. Mas veja só, no item aqui, no quadro de execução orçamentária — referindo-me aqui a 2014 —, o histórico é de 2007 a 2014. Outras despesas têm tido uma perda grande.

Só para se ter uma ideia, em 2007, foram 527 milhões. Em outros anos, bem menos. Em 2010, eram previsíveis 1 bilhão e 353 de orçamento. Mas agora, em 2014, já são 341. Então, é claro que isso tem consequências graves numa série de indicadores. Eu anotei aqui.

Por exemplo, pesquisas socioeconômicas. Quando houve a redução agora, Sr. Ministro... Novamente, cortar árvore que dá frutos e cortar numa mesma altura a mata, trazendo prejuízos. É um corte... Desculpe-me, eu não quero ofender, não, porque eu não gosto dessa prática política, mas acaba sendo uma expressão de burrice administrativa e de planejamento. Olha, ao cortar em dois terços — de 766 para 204 milhões — o orçamento de pesquisas de um órgão como o IBGE, tão fundamental para a vida nacional, inviabilizam-se pesquisas orçamentárias e familiares e índices que ponderam as indicações de inflação, que diagnosticam o



mercado consumidor, os gastos e atos de consumo das famílias, as desigualdades regionais. Então, eu queria levantar essas questões, Ministro, e fazer um apelo.

Por isso, eu fiz questão de dizer que o déficit não é novidade. E, se houve, no final de semana, uma mudança — não há mais déficit, mas superávit —, é porque essa contabilidade é falsa desde a ditadura militar. Na medida em que nós dissermos “*Olha, há 1 centavo de superávit primário*”, nós estamos determinando pagamento de uma dívida que não é auditada pela força do grande capital financeiro.

Eu sei que não é fácil mudar a política econômica. Não acho que o Levy concorde. V.Exa. tem até uma história que me levava a crer — sou sincero — que iria tender — desculpe-me a expressão, o jargão — para a esquerda nessa política. Infelizmente, acho que a Presidente da República — o Governo como um todo — abandonou uma visão de desenvolvimento, de mais investimentos, de redução dos juros e se curvou à lógica do capital financeiro, que está avassalando com a possibilidade de justiça social.

Eu não queria chegar a esta conclusão: eu creio que, com os Ministérios que o PMDB ganha, a governabilidade não será inviabilizada, mas não vai haver paz, e o desgaste político tende a ser maior.

E eu concluo, Presidente: eu não digo que há, por mais que a imprensa trabalhe assim, um “PTdoB”. A mídia tenta fazer picuinha, dizendo que o PT é contra o Governo, mas, a rigor, a história do PT é a história que a Fundação Perseu Abramo anunciou ontem, representando centenas de economistas e outros grandes cientistas brasileiros que são petistas ou simpatizantes, mostrando que o ajuste fiscal do Governo realmente nega a história do partido e da Presidente e nega a possibilidade de recuperação da economia, trazendo prejuízos concretos à saúde e à educação, especialmente quando educação e saúde viram moeda de troca.

No caso do IBGE, talvez o PMDB — nem o PSDB, se vier a apoiar o Governo — não quererá, porque não dá valor para árvores pequenas que produzem grandes frutos. Os grandes frutos, para alguns, é sempre o lucro baseado em juros sobre juros, sobre juros, que inviabilizam o futuro do País.

Muito obrigado pela atenção.

Desculpem-me.



A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Agradeço ao Deputado.

Concedo a palavra ao Deputado Samuel Moreira. Eu havia dito que este era o último inscrito, mas o Deputado Samuel Moreira estava inscrito e, como é assíduo nesta Comissão trabalhadora, peço...

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Desculpe-me. Estava na CPI, Presidente. Vim correndo à Comissão para...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Todo o mundo estava lá hoje. Está bem cotada.

Com a palavra o Deputado Samuel Moreira.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Sr. Ministro, 32 bi dos recursos arrecadados com a CPMF iriam para a Previdência. É isso? O déficit da Previdência previsto para o ano que vem é de 124 bi. Mesmo com esses 32 bi, nós ainda continuaremos com um déficit de praticamente 90 bi. Isso não é mais uma jogada contábil para aliviar o recurso do Tesouro? O déficit ia ser coberto com recurso do Tesouro. Acaba-se tirando recursos do Tesouro para se cobrir outras coisas. Então, a CPMF não tem um vínculo com a Previdência especificamente. Na verdade, ela cobre um recurso que o Tesouro ia cobrir da Previdência.

V.Exa. colocou, no tempo em que eu estava aqui, que vocês estão esperando aprovar a medida provisória que está aí para poder apresentar um plano definitivo, uma proposta de médio e longo prazo para a Previdência. Não é também solicitar um aumento de imposto para cobrir um déficit da Previdência que ia ser coberto pelo Tesouro para fazer outras coisas com esse dinheiro do Tesouro, e ao mesmo tempo não se ter uma proposta definitiva para a Previdência? O Governo é a favor de uma idade mínima ou não? V.Exa. pode falar sobre isso ou não? A Presidente não decidiu ainda? Como é que nós vamos definir essa questão da Previdência? Apenas aumentando um importo para aliviar o Tesouro e, ao mesmo tempo, para cobrir outras coisas, sem ter uma proposta definitiva para déficits crescentes da Previdência? Todo ano há déficits crescentes. Então, eu queria uma resposta sobre isso.

A segunda questão é a seguinte: eu acho que a autocrítica e reconhecer o erro ou não gera um pouco, para todos do País, de confiança ou não. Houve um erro estratégico do Governo em mandar um déficit do Orçamento para esta Casa e, logo



depois, mandar uma proposta corrigindo esse déficit? Quer dizer, há no Governo a sensação de que houve um erro? Fazer essa autocrítica, reconhecer esse erro é prudente até para poder arranjar melhor uma base política que possa dar um crédito de confiança para caminhar juntos ou não houve um erro?

A última pergunta é a seguinte: o corte de 26 bilhões no custeio está sendo apresentado pelo Governo. A redução de despesas de 26 bilhões dá 1,7% do Orçamento, que é de um 1,5 trilhão, tirando os juros, a amortização e os serviços da dívida. Não é muito pouco 1,7%? Não é possível entrar mais no custeio e menos no aumento de receitas com criação de novos impostos? V.Exa. acha que foi no limite da redução do custeio? Incluindo os programas, a Previdência também está no custeio, coisas que são impossíveis se mexer, mas será que não há mais margem para reduzir o custeio da máquina pública e diminuir o aumento de impostos, a criação de novos impostos? Vocês foram ao limite?

São essas as perguntas.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - O Deputado chegou agora e quer 1 minuto apenas. Eu peço que S.Exa. se restrinja a isso, porque eu dei minha palavra de liberar o Ministro às 17 horas para uma reunião muito importante.

O SR. DEPUTADO TONINHO PEREIRA - Sr. Ministro, quando a gente está precisando de recurso financeiro, a medida mais importante, que V.Exa. não sugeriu até hoje, é dar uma ideia para acabar com a corrupção. Aqui nesta Casa, em 1998, havia um projeto de lei, que foi vetado pela Presidência, na época, que proibia a pessoa de roubar. Quando fosse feita uma licitação de uma obra de grande vulto, a pessoa apresentaria uma fiança bancária de 100% do valor da obra, o que evitaria superfaturamento e tudo o mais. Isso foi vetado. Nós colocamos de novo esse projeto. Então, se a gente proibisse o roubo, já economizaria bilhões de reais.

Outra questão importante é a redução de Ministérios, o que é fundamental. Até a própria Presidente falou nisso: se acabar com a metade dos Ministérios, vai sobrar dinheiro.

Outra questão importante é que a valorosa Consultoria desta Casa, a Câmara Federal, tem um projeto maravilhoso, competente, que converge com a realidade mundial e que dá 102 bilhões de economia, só no ano que vem, em custeio, repasse e despesa com a Previdência. São bilhões de reais. A gente não precisa nem falar



de CPMF. Pode esquecer isso. Se reduzirem-se os Ministérios, acabarem com a ladroagem, não deixar roubar, bilhões de reais entram no caixa do Governo.

E a questão dos cento e poucos bilhões de reais da Previdência. Finalizando, para ser bem rápido, o Brasil tem hoje 1,5 trilhão em dívida ativa. A gente não quer beneficiar o mal pagador, mas se fizessem um levantamento total dessa dívida que o Brasil tem a receber e se a gente desse um desconto muito alto, poderiam entrar tranquilamente 100 ou 200 bilhões. Seria um caixa que daria condição ao Governo da Presidenta Dilma — e eu a tenho como uma pessoa honesta — de pegar esses recursos financeiros, tapar todos os buracos e fazer um novo planejamento, repensando o Brasil. Isso acabaria com muita coisa que foi dada de graça, sem necessidade. Aí, a gente poderia seguir o caminho de uma nova realidade, uma realidade melhor para o Brasil, porque o Brasil tem toda a chance de melhorar, mas é preciso acabar com a corrupção, diminuir as despesas e tentar ser feliz.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Com a palavra o Ministro Nelson.

O SR. MINISTRO NELSON BARBOSA - Cara Presidente, são várias perguntas. O Deputado Fernandes está ali atrás, então, vamos começar respondendo pela ordem que foi colocada.

Na questão da Previdência, como eu coloquei, nós tivemos uma medida aprovada este ano, aquela da pensão por morte, e temos outra agora. O PPA — Plano Plurianual não incluiu previsão de reformas nesse sentido, mas nós continuamos trabalhando e vamos submeter ao Congresso mais iniciativas do lado da Previdência.

No caso do PPA, ele focou mais naquelas despesas de investimento de caráter continuado dos programas sociais, não tanto da Previdência, mas o fato dele não ter incluído uma proposta de reforma da Previdência não significa que o Governo não considera isso crucial; está no nosso plano de trabalho.

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES - Mas V.Exa. não achava importante esta Câmara já aprovar no PPA a possibilidade de reformas profundas?

O SR. MINISTRO NELSON BARBOSA - Não, é um instrumento legislativo próprio, o PPA é mais um instrumento de lei orçamentária de previsão de gastos. Na questão da Previdência, dependendo da área que for colocada, se é serviço público,



se é que é RGPS — Regime Geral da Previdência Social, se é Lei Orgânica da Assistência Social, e outros, cada um tem um instrumento legislativo diferente.

Eu concordo com o senhor que o Governo tem que dar o exemplo e reduzir o seu gasto. Não sei se V.Exa. estava aqui, mas nós ontem anunciamos um boletim de custeio. Tivemos o trabalho de, nos últimos meses, identificar o que é o custeio da máquina. Vou pedir para a minha Assessoria entregar ao senhor. É um conjunto de informações para ver quanto se gasta com aluguel, luz, passagens, diárias, e temos feito um esforço bem grande.

Neste ano, o gasto de custeio subiu 331 milhões em relação ao ano passado, de janeiro a agosto, basicamente devido à energia elétrica, subiu 339 milhões devido a elevação de preço. Retirando a energia elétrica, o gasto está mesmo lugar, ou seja, em termos reais, caiu.

Então, eu passo essas informações ao senhor porque acho que é uma coisa muito técnica...

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES - Mas no ano passado o gasto era enorme. Quer dizer, não há vantagem nisso.

O SR. MINISTRO NELSON BARBOSA - O gasto era grande, mas tivemos uma inflação bem alta e não elevamos o gasto em termos reais este ano. Nós estamos fazendo um esforço bem grande, nós soltamos uma portaria em maio deste ano limitando o gasto de custeio de vários Ministérios, com isso reduzimos em 1,6 bilhões em relação ao que estava previsto na PLOA — Projeto de Lei Orçamentária Anual. Já houve uma redução em relação ao previsto, e esses gastos vão ser menores do que os do ano passado.

Há um esforço, concordo com o senhor que o Governo tem que mostrá-lo. O problema é que este gasto do Governo é bem pulverizado, em vários itens. Foi com esse objetivo de traduzir todos esses gastos num número só que soltamos esse levantamento — vou passar a V.Exa. — que dá exemplo do que estamos colocando.

Na questão da CPMF — Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira, qualquer imposto, qualquer aumento de receita em que o Governo pede à população, nós sabemos que há um sacrifício por parte da população. Imposto tem esse nome não é porque é fácil, mas porque é uma obrigação. Então, um aumento de arrecadação neste momento é necessário, nós não iríamos propor algo



se nós não achássemos necessário. E mesmo com a magnitude que ele tenha, sabemos que qualquer centavo de dinheiro do contribuinte tem que ser muito bem utilizado e muito bem pago.

Na questão dos custeios das universidades, que o senhor perguntou, nós tivemos o cuidado de preservar, tanto neste ano quanto no próximo ano, as despesas de custeio. O que fizemos foi uma revisão dos planos de expansão.

Houve uma grande expansão de universidades, por isso, que o gasto com universidades vem subindo, abriram várias novas universidades, ampliou-se para...Eu sou professor da UFRJ, quando eu dava aula na UFRJ só tinha o turno da manhã, hoje tem noturno na parte de economia, então, houve uma expansão. Mas nós colocamos uma diretriz de preservar os gastos de custeio e de revisar os gastos de expansão. Não vamos começar expansão nova, se não houver recurso, mas vamos garantir o custeio daquilo que já foi começado.

O Deputado Hildo fez algumas perguntas, mas já se retirou. Ele fez uma pergunta sobre a Previdência que outros Deputados também colocaram. Sobre a questão da regra de ouro, que foi feita também pelo Relator, nós observamos o princípio de que despesas de capital têm que ser iguais ou superiores à emissão de dívidas, isso está determinado pela Lei nº 10.179. Nós temos aqui o demonstrativo de que isso foi respeitado no Projeto de Lei Orçamentária que foi enviado, mesmo aquele com déficit. Recebemos hoje a nota técnica, então, estamos preparando os nossos comentários sobre a nota técnica, acho que os números vão demonstrar que isso foi preservado.

As fontes para cobrir um déficit, também determinadas pela legislação, são sempre uma emissão de títulos, uma emissão de dívida.

O Deputado Caio perguntou sobre o BNDES. Primeiro, Deputado, o quanto o Governo recebe do BNDES e o quanto o Governo paga na sua dívida fazem parte das propostas de projeção de receita e despesa financeira. Então, está na projeção de receita e despesa financeira do Orçamento. A diferença entre quanto recebemos do BNDES e quanto pagamos pelo valor igual emitido dá esse custo financeiro mencionado pelo Relator. Então, ele não está explícito, mas pode-se chegar a esse custo comparando quanto o Governo pagou pelo que ele emitiu e quanto ele ganhou no que aplicou.



Agora, o custo desses programas de financiamento não só do BNDES quanto dos fundos constitucionais já é objeto de um relatório. Eu lembro, eu era Secretário de Política Econômica, começou naquela época, acho que era 2008/2009, o TCU já pedia que fizéssemos um relatório específico de qual é o subsídio implícito nos fundos constitucionais de desenvolvimento, como o FNE — Fundo Constitucional do Nordeste, o FNO — Fundo Constitucional do Norte, e também dos programas do BNDES. Então, apesar de não estar explícito no Orçamento, isso faz parte de relatórios que nós enviamos — neste, caso o Ministério da Fazenda — periodicamente ao TCU. Posso encaminhar ao seu gabinete esses relatórios.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Eu gostaria, mas só com relação ao BNDES, porque a vontade de me expressar aqui era com relação a recursos estratégicos do Tesouro que vão para o BNDES e que financiaram contratos bilionários e que agora em um momento de crise a ideia era que esse dinheiro pudesse ter outra conotação.

O SR. MINISTRO NELSON BARBOSA - Esses recursos estão aplicados em projetos. São empréstimos que o Governo fez, empréstimos que têm um cronograma de amortização e vão ser repagos pelo BNDES ao Governo Federal dentro desse prazo. Agora, o mais importante é que desde o ano passado nós zeramos esses novos aportes. Então, hoje não há aportes novos. Agora, há o estoque que será pago e diluído ao longo do tempo. A maior parte desses empréstimos, Deputado, foi feito para aquele programa de sustentação do investimento. São bens de capital para um período de 8 a 10 anos. Esse é o período de maturação desses empréstimos.

Com relação à CPMF, novamente, nós não proporíamos uma medida dessas se nós não achássemos necessário. Então, sua pergunta sobre as intenções do Governo, nós avaliamos todas as alternativas e chegamos à conclusão de que essa era a alternativa que teria menos impacto na economia neste momento, um momento de redução do nível de atividade. Nós sabemos que isso é um sacrifício, mesmo que sejam 10 centavos que eventualmente o contribuinte pague. São 10 centavos a mais em relação ao que seria. Agora, nós temos uma situação, todos no setor privado, também no Governo, sabemos o que está acontecendo nas Prefeituras e nos Estados. Estão atravessando uma situação de maior dificuldade



econômica, que envolve medidas tanto do lado do gasto quanto do lado da receita. Estão sendo adotadas nas Prefeituras e nos Estados. Vários Estados aumentaram a alíquota de ICMS para atravessar esse período. Essa proposta não estava em cogitação, não era considerada uma proposta necessária no passado, mas a situação se deteriorou no final do ano passado.

V.Exa. fez algumas perguntas sobre a mudança de enfoque. No final do ano passado, eu tive uma audiência na Comissão de Assuntos Econômicos para explicar os questionamentos do TCU. Vou mandar também para o seu gabinete. Vários indicadores mostram que a partir do segundo semestre do ano passado houve uma queda muito forte, rápida, abrupta em vários indicadores. O preço do petróleo estava em 80 e pouco, caiu para 40. Caiu também o preço das *commodities*, o índice de confiança. Sobe a taxa de juros, a inflação sobe muito rápido. Então, houve uma deterioração, de fato, muito forte, concentrada no ano passado, que levou o Governo a ter que reagir, a ter que adotar medidas que antes não considerava necessárias, nem adequadas. A política econômica vai sendo adaptada à conjuntura. Agora, no segundo semestre deste ano, estamos vendo a deterioração que houve no mundo por conta da China, como também no Brasil, diante da incerteza sobre a sustentabilidade da dívida.

Eu concordo com V.Exa. São duas coisas. Há uma deterioração no mundo. Houve uma redução do crescimento previsto na China. A Europa está estável. Os Estados Unidos estão se recuperando. No líquido, está mais ou menos a mesma coisa. O Brasil a China afetam mais. Por isso, afetaram bastante as nossas empresas. Há uma queda de atividade muito maior do que todos esperavam. Se pegarmos as projeções do mercado, não do Governo, a diferença entre o quanto se achava que a economia brasileira ia crescer este ano, em janeiro, e o quanto se acha hoje é uma deterioração de quase 2,5 pontos. Então, isso impactou nas previsões das empresas, nas previsões do Governo. Isso leva o Governo a adotar medidas que antes não considerava necessárias nem adequadas porque era outro cenário. Neste cenário, elas passam a se tornar adequadas.

Então, a capacidade de mudar e adaptar a política sem perder a direção é necessária, mas não vamos confundir medidas que são necessárias para se



adaptarem a esta conjuntura que mudou muito rápido com uma ausência de compromisso por parte do Governo.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Ministro, permita-me, para concluirmos as questões.

V.Exa. disse que, no final do ano passado, o Governo já percebia essa deterioração do quadro e não assumiu publicamente em hora nenhuma. Então, quer dizer que o Governo demorou a reagir e insistiu dizendo que não havia problema. Essa é uma pergunta. V.Exa. me respondeu aqui agora, eu sei que não é questão de debate, mas é só para ficarem claras as minhas as minhas perguntas.

Então, V.Exa. assume que, no final do ano passado, o Governo reconhecia que já havia esse quadro de deterioração...

O SR. MINISTRO NELSON BARBOSA - Eu acho que, no final do ano passado, quando estávamos na equipe de transição, Deputado, isso já foi sinalizado. Como eu falei, final do ano passado, no último trimestre do ano passado, foi exatamente isso que eu coloquei na Comissão de Assuntos Econômicos. Foi isso que levou o Governo... O Governo revisou, em novembro do ano passado, as metas para este ano. A meta para este ano de resultado primário era anteriormente de 2,5%. O Governo revisou para 1,2% já em janeiro, quando eu e o Levy fomos anunciados como Ministros. Chegamos e revisamos.

Então, o Governo, naquela época, já tinha visto que o cenário estava se deteriorando. Depois, se deteriorou ainda mais. Fomos obrigados a revisar novamente e, agora, adotar uma proposta orçamentária com medidas adicionais.

O Governo tem tido uma atitude transparente de mudar as medidas ao passo que a conjuntura demanda, mantendo sempre a direção do equilíbrio fiscal.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Sim.

O SR. MINISTRO NELSON BARBOSA - O senhor perguntou também sobre a questão dos Ministérios. A diretriz continua sendo de cortar 10 Ministérios...

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Ainda na CPMF... Eu perguntei a respeito da mentira da Presidente...

O SR. MINISTRO NELSON BARBOSA - Eu vou tentar responder, se o senhor deixar.



O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Eu estou deixando, mas é porque você mudou de assunto.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu queria pedir que deixassem S.Exa. acabar de responder. Ao final, se faltar uma resposta, V.Exa. pergunta, Deputado. Senão, vai virar um debate, o que eu acho prejudicial quanto ao que S.Exa. está falando.

O SR. MINISTRO NELSON BARBOSA - Sobre a questão dos 10 Ministérios, a diretriz continua sendo de cortar 10 Ministérios. Essa é tanto uma questão administrativa, em uma análise de quais são os Ministérios que eventualmente podem ser juntados ou incorporados, como também é uma questão política. O Governo tem a sua base parlamentar, que participa do Governo.

Essas são as conversas que estão ocorrendo. É bom não misturar as coisas. Essa redução de 10 Ministérios talvez também seja uma discussão de mudança de representação de determinados partidos dentro do Governo. Uma coisa não necessariamente está contaminando a outra. Você pode ter alguns partidos, pode aumentar ou reduzir o número de Ministérios e ainda assim reduzir 10 deles. Isso está sendo construído para ser anunciado pela Presidenta.

A CPMF, como eu falei, é um instrumento que não estava na agenda do Governo, mas, devido à deterioração que houve no cenário econômico, foi necessário adotar esse instrumento. O Governo refletiu bastante na hora de adotar esse instrumento. Por isso, adotou-o da forma mais minimalista possível, com uma alíquota bem mais baixa do que era quando estava em vigor — 0,2% contra 0,38% — e direcionada não para a saúde, porque a saúde precisa de uma fonte de recursos permanentes. Será direcionada para a Previdência, porque estamos empenhados em controlar o crescimento dos gastos da Previdência.

Então, eu não acho que foi mentira. Eu não acho que foi um recuo. Foi uma atitude para adequar a política econômica à evolução da conjuntura da economia brasileira, porque o compromisso com a responsabilidade fiscal exige medidas dessa natureza, mesmo que elas sejam impopulares em curto prazo. O efeito que elas têm ao melhorar o resultado fiscal e ao possibilitar um controle da inflação com a queda taxa de juros, em médio e longo prazos, ou seja, a partir do ano que vem, é positivo sobre a economia.



Portanto, eu acho que esse comportamento não foi uma falta com a verdade. Na realidade, foi um comportamento corajoso para cumprir o que se espera do Governo com o equilíbrio fiscal: tomar as medidas necessárias para garantir o equilíbrio fiscal, mesmo que essas medidas sejam impopulares em curto prazo, porque a estabilidade fiscal é uma condição necessária para a viabilidade do crescimento duradouro.

O Deputado Edmilson colocou várias questões.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Ministro, permita-me.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Acabou. Agora, eu posso falar?

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Deputado, deixe-me apresentar apenas uma questão.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu pedi que esperasse o Sr. Ministro responder a todas as perguntas...

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Mas ele já mudou de pessoa.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Mas está dentro do bloco.

O SR. MINISTRO NELSON BARBOSA - O senhor perguntou sobre a agricultura.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Está dentro do bloco.

O SR. MINISTRO NELSON BARBOSA - Ele está certo. Eu passei por uma pergunta.

Sobre a agricultura, há uma revisão de projeção. Nós tínhamos colocado a projeção de gastos num determinado subsídio de 1,7 bilhão dentro de um programa que tem quase 3 bilhões de subsídio, sendo que esse programa, nos últimos 4 anos, tem gasto 600 milhões.

Então, feito isso, está programada uma expansão da cobertura desse programa. Nós reavaliamos que não é adequado fazer essa expansão neste momento de restrição orçamentária. Então, vários programas estão sendo revistos na saúde, na educação, na habitação, na agropecuária, mas, como lembrou o Deputado, no Plano Safra, houve aumento do volume de recursos a serem desembolsados. Houve um ajuste na taxa de juros, mas nós tivemos as linhas subsidiadas, com subsídio menor. Há um esforço de realinhamento e de adaptação



de todos os programas do Governo. Não está sendo focado só na agricultura, só na educação, só na saúde, mas em todos programas do Governo, inclusive no custeio, como eu procurei demonstrar com esses números que começamos a divulgar mais detalhadamente a partir desse boletim.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Sra. Presidenta, a senhora quer que eu aguarde o fim do bloco para fazer minhas considerações?

O SR. MINISTRO NELSON BARBOSA - Temos mais três.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - A senhora prefere que eu aguarde?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Só um minutinho.

Há pergunta de mais algum Deputado?

O SR. MINISTRO NELSON BARBOSA - Do Edmilson Rodrigues, do Samuel Moreira e do Toninho Pinheiro.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Por favor, responda aos Deputados Edmilson Rodrigues, Samuel Moreira e Toninho Pinheiro.

O SR. MINISTRO NELSON BARBOSA - O Deputado Edmilson Rodrigues perguntou sobre... Sim, eu concordo que cortes lineares não são os mais adequados, e os nossos cortes não têm sido lineares. Nós temos procurado, como eu falei, no caso da educação e da saúde, preservar as verbas de custeio. Temos revisto metas de expansão.

O senhor pergunta por que na agropecuária, por que na saúde, por que na educação... A decisão do Orçamento é sempre difícil. No momento em que se tem queda de arrecadação, tem que se ajustar os seus gastos, e isso envolve todos os gastos. Então, nós adequamos o que foi possível adequar, sobre o que nós temos discricionariedade, o que não é determinado por lei e propusemos...

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Ministro, quase todos, porque a dívida é intocável.

O SR. MINISTRO NELSON BARBOSA - E propusemos...

O gasto financeiro também é um compromisso que o Governo tem. Também faz parte da estabilidade o Governo pagar todas as suas contas. Se alguém aplicou num título público esperando ter um retorno, nós temos que honrar esse compromisso. Não está em consideração e nunca esteve em cogitação o Governo não pagar a sua dívida. Isso faz parte da estabilidade. Se uma pessoa deposita um



título num fundo de investimento ou faz um depósito na poupança, e parte daquelas aplicações são títulos públicos, são LFTs, são LTNs, o Governo cumpre com suas obrigações financeiras. Nós atuamos para que essa dívida...

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Estou falando que é questionável a dívida.

O SR. MINISTRO NELSON BARBOSA - Não.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Auditorias da dívida mostram — são técnicos sérios — que realmente, se for feita auditoria da dívida, conforme a Constituição exige no art. 26 do Ato das Disposições Transitórias, vai se provar que grande parte é ilegal.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Deputado Edmilson Rodrigues, V.Exa. tem direito à réplica de 2 minutos. Aguarde!

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Inclusive, vai-se provar que grande parte é ilegal. Eu não sei por que o TCU...

(O microfone é desligado.)

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu gostaria muito de ficar com os senhores aqui a tarde e a noite inteiras, mas nós temos votações na Casa. Eu me comprometi com o Ministro.

E V.Exa., Deputado, tem direito a uma réplica de 2 minutos! Aguarde a resposta! No final do bloco, o senhor terá direito à réplica.

O SR. MINISTRO NELSON BARBOSA - Eu quero colocar que o compromisso do Governo de pagar a sua dívida, pagar os seus títulos públicos é a base da credibilidade e da estabilidade da economia. Então, isso não está em discussão.

A dívida pública é transparente, todos os fatores de sua emissão são reportados pelo Tesouro Nacional mês a mês. O que deu origem à dívida pública pode ser auditado, pode ser visto em todos os demonstrativos financeiros.

O Brasil recentemente foi elevado no *ranking* de transparência fiscal e é considerado o sexto País com mais transparência fiscal. As informações existem. Concordo com o senhor que essas informações são muito detalhadas. O Orçamento é muito detalhado. Mas essas informações existem e estão à disposição da sociedade, principalmente, dos representantes da sociedade, que são todos os



senhores aqui. Qualquer contestação, qualquer levantamento de cálculo pode ser feito com base em informações disponíveis.

Sobre a questão do concurso, como eu já disse, nós propusemos a suspensão temporária de concursos para o ano que vem, mas isso obviamente não implica nos concursos que já estão em andamento. Nós fizemos um esforço. Este ano, admitimos além do que previam os editais de alguns concursos. Houve o concurso do IBGE. No caso do IBGE, nós temos o cuidado de tentar preservar...

Nós fomos forçados, este ano, a adiar a preparação do Censo Agropecuário para o ano que vem, mas, mesmo num cenário de corte, está mantida a preparação do Censo Agropecuário, que era para ter começado este ano. Infelizmente, não pudemos fazer este ano. Essas são decisões inevitáveis de qualquer Orçamento.

Sobre essa questão de visão, eu conheço várias pessoas da Fundação Perseu Abramo. Já tive o prazer de participar do Conselho da Fundação Perseu Abramo. Entendo parte das críticas que foram feitas. No entanto, eu acho que o momento em que nós estamos não é momento de adotar novas medidas de estímulo. Eventualmente, essas medidas podem ser adotadas caso a situação melhore.

Nós estamos com a inflação ainda elevada e com um déficit primário. Até julho, o Governo tinha um déficit primário. Numa situação em que há déficit primário e inflação ainda superior ao teto da meta, não se recomenda adoção de novas medidas de estímulo.

Nesse caso, como eu falei, por mais paradoxal que seja, para recuperar o crescimento é necessário recuperar a estabilidade fiscal, o controle da inflação e a estabilidade da taxa de câmbio. Essas são pré-condições. Obviamente, isso não impede que mais à frente possam ser adotadas medidas de estímulo. Só para citar um exemplo: o Governo adotou uma medida de estímulo. Nós lançamos o Programa de Proteção ao Emprego, uma medida provisória que está aqui para ser aprovada. Oxalá que seja aprovada. Essa uma medida, mesmo tendo sua vigência temporária, como medida provisória, já possibilitou a adesão de mais de 20 mil trabalhadores. Então, são 20 mil pessoas que, na ausência dessa medida, poderiam estar desempregadas hoje. É uma medida que o Governo adotou para auxiliar nessa transição. Esse é um exemplo para mostrar que, mesmo nesse processo de ajuste,



nós temos adotado medidas também para facilitar a adaptação das empresas, das pessoas a esse período de transição.

O Deputado Samuel colocou a questão da CPMF. Trinta e dois milhões são o resultado líquido. A CPMF, quando caiu, não sei se o senhor se lembra disso, tinha um IOF compensatório, não em todas as operações, de 0,38%. Então, tem-se o impacto da arrecadação da CPMF menos o IOF que vai ser retirado, quando ela entrar em vigor. Então, 32 milhões são o impacto líquido.

Não é uma jogada contábil, porque, ao final, todos os recursos são do Tesouro. Mesmo quando há déficit na Previdência, quem cobre é o Tesouro Nacional. A fonte de recurso é uma só.

Como eu disse, a saúde precisa de uma fonte permanente de recurso. Já existe uma proposta constitucional aprovada que vai até 15% da receita corrente líquida. O problema é que, neste ano, a receita corrente líquida caiu muito. Então, frustraram as expectativas de aumento do recurso da saúde, mas, com a recuperação da economia, a previsão é de que essa regra vai dar mais recursos para a saúde a partir de 2017 do que dava a regra antiga, que tinha indexação ao PIB.

Então, nós colocamos vinculada à Previdência para mostrar, primeiro, o caráter temporário, porque a questão da Previdência, dada a tendência, precisa de uma reforma da trajetória do gasto.

Nossa proposta inclui, sim, a discussão da idade mínima, para responder à sua pergunta objetivamente. Nós queremos discutir a idade mínima. A questão é como implementá-la, a partir de que geração e com que prazo. Nós já temos uma proposta que, de uma certa forma, começa a ter o mesmo efeito de uma idade mínima, que é a regra 85/95 móvel. À medida que ela vai crescendo, vai se ajustando à evolução da demografia da sociedade brasileira. Com a atual legislação, ela pode até ir até 90/100. Para ir acima disso, vai ser necessária uma alteração na Constituição, o que nós queremos também discutir. Então, faz parte da discussão do Governo encaminhar isso.

Quando eu disse que nós vamos esperar a tramitação, não me referi à CPMF, Deputado, porque a regra da MP que trata da 85/95 já está aqui. Por isso, tramitando essa MP, vamos dar sequência às outras propostas. Já temos uma



discussão concentrada nessa MP sobre isso, que pega uma grande parte dos benefícios, que é o benefício de aposentadoria por tempo de contribuição. Feita essa regra para o ATC, como chamamos, podemos começar a discussão das regras do sistema de aposentadoria por idade mínima, cujo limite hoje é 65.

Como é necessário mudar, é necessário também que esse limite se adapte à evolução da sociedade brasileira. Vamos discutir em que prazo e em que velocidade que isso vai ser adequado.

Na questão do déficit, Deputado, não houve erro. A proposta orçamentária reflete o cenário macroeconômico e a legislação vigente quando foi enviada a proposta do Governo. Naquela mesma ocasião, nós deixamos claro que ninguém estava confortável com o déficit e que continuaríamos avaliando para tomar medidas novas para eliminar esse déficit, tanto foi que no dia seguinte isso já havia começado.

Mas essas medidas ainda estavam em discussão, não estavam consensuadas e requeriam, como ficou provado, um avanço maior, seja retomando o imposto, como a CPMF temporariamente, seja cortando mais gastos prioritários, como gastos de investimentos, gastos com saúde, seja revisando a nossa proposta que estava em negociação com os servidores de reajuste a partir de janeiro. Antes disso, era preciso construir a negociação juntamente com os servidores.

Então, o Governo apresentou uma proposta orçamentária que atendeu a todos os requisitos legais, uma proposta orçamentária que refletia o cenário macroeconômico projetado para o futuro e a legislação vigente: as regras da Previdência, as regras da negociação com o funcionalismo naquele momento.

Nós, no mesmo momento em que anunciamos isso, deixamos claro que ninguém estava confortável com o déficit e que iríamos trabalhar para melhorar esse resultado, mas isso requereria medidas adicionais que seriam construídas.

Conversamos com Lideranças do Congresso, com lideranças empresariais, porque as medidas adicionais necessárias são bem substanciais, medidas relevantes, como ficou claro no momento em que anunciamos isso.

No caso da Previdência, a proposta inicial já inclui uma previsão de redução de gastos da Previdência em relação ao que era projetado de cerca de 8 bilhões só com medidas administrativas, cruzamento de dados, checagem de acúmulo de



benefícios, checagem se a pessoa que está recebendo o benefício é a pessoa correta. Então, só do ponto de vista administrativo, já há um esforço previsto, por parte do INSS e do Ministério da Previdência, de gestão de que pode economizar cerca de 8 bilhões em relação ao crescimento; isso já está nos planos.

No custeio da máquina, eu coloquei os vários números, nós temos um esforço. Este ano, nós vamos gastar praticamente o mesmo valor nominal, um valor real menor, mesmo com o aumento do preço da energia, que impactou nas contas de todo Brasil e também nas contas do Governo.

O Deputado Toninho colocou a questão da fiança bancária de 100%, é um projeto que V.Exa. autorizou. Eu acho que nós temos que trabalhar porque 100% de fiança bancária pode encarecer muito o custo financeiro do projeto, ainda que ele tenha um efeito benéfico de dar mais segurança ao Governo, mas pode encarecer muito o custo financeiro de um projeto, então, tem que se levar em conta as duas coisas.

A redução de Ministérios, como o senhor mesmo colocou, é uma iniciativa boa, tanto do ponto de vista de gestão, mas também de melhorar o funcionamento do Governo. E vamos analisar essa proposta que o senhor colocou, que a consultoria do Senado tem, de que pode-se reduzir com medidas legais cem bilhões no caso da Previdência.

O SR. DEPUTADO TONINHO PINHEIRO - Cento e dois bilhões.

O SR. MINISTRO NELSON BARBOSA - Por último, na dívida ativa, Deputado, queria colocar o seguinte: o Governo tem um valor elevado, não sei se é 1,5, eu tenho que checar, mas é um valor elevado de dívida ativa. E, nos últimos anos, o Governo tem feito várias iniciativas para recuperar isso, são os chamados REFIS – Programa de Recuperação Fiscal. Então, foi feito o REFIS no ano passado, há agora uma medida em análise pelo Congresso Nacional, o PROREFIS — Programa de Regularização Fiscal, que não é por causa do que está na dívida ativa, o que está pré dívida ativa, que ainda está no CARF — Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, também para melhorar essa cobrança.

Então, nos últimos anos, foram feitas várias iniciativas para melhorar a arrecadação dessa dívida ativa, só que essas iniciativas também têm um efeito secundário negativo, que podem induzir alguns contribuintes a atrasar seus



impostos na expectativa de que haverá outro REFIS, de que haverá outra renegociação.

Então, temos que ter muito cuidado nos métodos e nas propostas que fazemos para recuperação da dívida ativa. Entendo a sua preocupação, estamos analisando, queremos recuperar mais a dívida ativa, mas isso tem que ser também medido em relação ao impacto que isso dá sobre os pagamentos futuros dos impostos.

Uma coisa é entrar na dívida ativa e, automaticamente, se ela tiver um desconto para ser paga, todo mundo vai deixar de pagar seus impostos na expectativa de que vai ter um desconto quando entrar na dívida ativa. Então, por isso que nós fazemos isso muito pontualmente, e muito sobre valores ou grupos específicos de dívidas, para não ter esse efeito sobre a arrecadação do Governo.

Com isso...

O SR. DEPUTADO TONINHO PINHEIRO - Ministro, por gentileza, considerando que o Brasil está sempre pagando a dívida antiga com a dívida nova, isso mostra que nós temos que repensar o Brasil. Não é só neste Governo, não, em todos os Governos que passaram eles estão enrolando a dívida, pegam a dívida velha e pagam com a dívida nova. Isso significa que o Brasil está com muito gasto supérfluo, de má qualidade.

É preciso realmente repensar o Brasil, convergir com a realidade mundial. Nos Estados Unidos têm uns 20 Ministérios, aqui nós temos 40. Que se acabe com a maioria desses Ministérios, e não só acabar com eles, mas não se deixe o dinheiro no Ministério. Por exemplo, o Ministro da Educação cuida da parte pedagógica, não é função de um estadista liberar 1,5 milhão de reais para fazer uma creche. Em vez de fazer de 1,5 milhão uma creche, qualquer Prefeito faz uma creche com 700 mil reais, e assim por diante.

E, com todo respeito, as medidas que o senhor tomou, Ministro, são medidas fracas. Não sei se está faltando coragem, ou se o senhor está com medo, mas infelizmente as medidas são fracas. Nós já procuramos as Consultorias Legislativas aqui que nos garantiram que dá para economizar cem bilhões a partir do ano que vem na questão dos repasses, na questão da Previdência. São coisas que, comprovadamente, eu estou com documentos aqui, eu estou tentando ajudar, eu



quero ser útil ao Brasil. Eu torço que a Presidente dê a volta por cima porque se ela fracassar todos vão fracassar.

É importante dizer isso, é preciso repensar, fazer as medidas para diminuir os Ministérios. É importante dizer que essa questão de correr atrás desse projeto de lei, que existia em 1998 e foi vetado, para abranger o superfaturamento, obras com defeito, tudo isso nos Estados Unidos já têm; é preferível ela ficar um pouquinho mais cedo do que essa ladroagem. Desculpem-me pela palavra, mas aquele vagabundo roubou 70 bilhões de reais do Governo Federal, das pessoas aqui, e quem devolveu 70 bilhões roubou muito mais.

O senhor está com boa vontade, eu estou com boa vontade. Eu acredito na Presidente Dilma. Eu preciso...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Era a réplica que V.Exa. iria fazer à sua indagação.

O SR. DEPUTADO TONINHO PINHEIRO - É preciso unir forças para acabar com esse caminho. Os ladrões estão acabando com o Brasil.

E, finalizando, deixo bem claro: sobre essa questão da despesa com custeio...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Deputado Toninho Pinheiro, eu peço a sua compreensão. V.Exa. chegou depois, eu lhe dei a palavra, mas nós temos horário.

O SR. DEPUTADO TONINHO PINHEIRO - Tenho uma última questão.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - V.Exa. tem 1 minuto.

O SR. DEPUTADO TONINHO PINHEIRO - Quanto ao custeio com pessoal, os Deputados sempre foram o patinho feio. Na verdade, de 2011 para cá, o Legislativo só teve 8% de aumento em sua despesa com pessoal. O Judiciário teve 19%; e o Governo Federal, 20 e tantos por cento. Quer dizer, o Legislativo sempre teve um aumento de despesa muito menor do que os outros. Eu estou com dados. Eu posso provar.

Desculpem-me. Eu falei com o coração. Eu falei para ajudar.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Tem a palavra o Deputado Caio Narcio.



O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Nobre Ministro, com todo o respeito, V.Exa. deu respostas que não são definitivas. Eu tenho respeito por V.Exa. V.Exa. faz como achar melhor.

Eu pergunto do corte dos 10 Ministérios, e V.Exa. diz que é o objetivo do Governo, mas não diz se acredita que serão cortados 10 Ministérios ou não.

Depois, eu pergunto se os cartões corporativos não precisariam ter a mesma transparência que nós temos em todos os nossos gastos. V.Exa. também não responde.

Por fim, responde ao nosso amigo, Deputado Samuel Moreira, dizendo que o Governo não errou. Com a falta de humildade do Governo e do nobre Ministro, é muito difícil que nós, Parlamentares, consigamos ajudar.

Por fim, digo que V.Exa. conseguiu fazer uma inovação na língua portuguesa: trocou “mentira” por “coragem”. Quando a Presidente mente, V.Exa. considera que foi corajosa. É por isso que o Governo não vai bem: os valores do Governo estão invertidos. Quando uma pessoa mente, o Governo acha que está tendo coragem. Aí, realmente, não dá para ajudar nem para acreditar.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Concedo a palavra ao Deputado Edmilson Rodrigues, por 2 minutos.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Ministro, V.Exa. diz que nós, representantes do povo, podemos auditar; diz que a dívida é lícita; diz que as regras estão claras.

Vou dar um exemplo pessoal: fizemos um requerimento de informações para que fossem detalhados os credores da dívida — estudos não oficiais mostram que são os banqueiros os principais —, e simplesmente a resposta do Ministério da Fazenda foi que isso não pode ser divulgado, por conta do sigilo bancário.

O art. 26 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias tem que valer. A auditoria tem que ser feita por uma equipe técnica de alto nível, independente, fruto de uma licitação internacional, inclusive, para ter resultados inquestionáveis. Acho que isso tem que ser feito. Não sei o que intimida o Governo.

Outra coisa: recentemente, a *CartaCapital* falou em super-ricos, em uma matéria muito interessante, que mostra que, por conta da não cobrança de impostos



sobre juros e dividendos, os muito ricos — com, digamos, algo em torno de 160 e tantos milhões, em média, de fortuna — acabam pagando 16%, em média, de Imposto de Renda, enquanto um professor, como eu, paga 27%. Isso é uma injustiça — a regressividade.

E, por falar em regressividade, Ministro, eu queria a sua opinião. A CPMF, do jeito que é apresentada, não tem justificativa, mesmo com a redução de 0.38 para 0.2, ela é regressiva e ela incide sobre tudo. Quer dizer, na movimentação financeira referente a um insumo para a produção bovina, se paga por ele, se paga pelo boi, se paga pela carne no açougue. Enfim, os pobres vão pagar mais, e os ricos vão pagar menos.

Então — concluo —, não é nenhuma provocação no sentido negativo do termo, não, mas o Governo não estuda a possibilidade de fazer valer o único dos sete impostos federais que até hoje não foi regulamentado. Há estudo de gente séria, Ministro. Não é blá-blá-blá esquerdista nem Oposição falaciosa de quem concorda com as teses neoliberais e aqui faz discurso da abobrinha.

Sinceramente, há estudos que mostram que, se se cobra 5% dos que tem 50 milhões ou mais, se consegue ao ano 90 bilhões. Que esteja exagerado esse cálculo, que seja metade disso: já é uma CPMF e meia. Nós vamos cobrar dos pobres, quando podemos cumprir a Constituição? Por que não, em vez de criar um novo imposto, uma nova contribuição, uma CPMF, cobrar um imposto constitucional, para nenhum tucano ou petista ou psolista dizer que é contra a Constituição, que se está criando um novo imposto. É um velho imposto, de 1988, mas que os governos, submetidos à lógica financista do grande capital financeiro, temem. Eu sei que o senhor concorda comigo, talvez não assuma publicamente.

Então, tem que ser feito assim, porque senão os pobres vão continuar pagando e, tristemente, os ricos vão continuar fazendo a festa e especulando. O cara compra um apartamento por 1 milhão, daqui a pouco vende por 3 milhões e não paga nada sobre isso, que é o delta a mais. Então, é uma festa para os muito ricos, e, em momento de crise, os ricos festejam. A crise é, na verdade, para as médias, pequenas e microempresas, para os assalariados e para os desempregados em particular.

Muito obrigado pela atenção.



A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Obrigada.

Vamos dar a palavra ao Ministro, para as considerações finais.

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES - Senadora, peço só 30 segundos.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Pois não, Deputado Pedro Fernandes.

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES - Ministro, eu estou tendo a seguinte postura: estou batendo fotos de uns prédios suntuosos que Ministérios alugam. Quando chego a um hospital público ruim, a uma escola pública ruim, eu digo: *“Mas está aqui o Ministério; o aluguel é tanto”*. Só para o povo, lá na base, ver como nós estamos nesta Versalhes tão distante da realidade. Era só essa informação. Esses telefones nos permitem bater fotografias dessas suntuosidades.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Ministro, eu quero lhe agradecer e lhe passar o microfone para ouvirmos suas palavras finais.

O SR. MINISTRO NELSON BARBOSA - Obrigado, novamente.

Sobre os pontos que foram levantados, Deputado Toninho Pinheiro, eu acho que o trabalho da Consultoria Legislativa é para ajudar. Interpretei a sua proposta como uma ajuda. Nós estamos avaliando. V.Exa. pode ver que várias das propostas que estavam na nota técnica da Consultoria Legislativa depois fizeram parte da proposta adicional do Governo. Então, nós estamos analisando essas medidas previdenciárias propostas para ver o que é possível ou não fazer e, principalmente, em que prazo. Como eu coloquei, qualquer coisa que envolve a Previdência tem que ser feita sempre para frente, com prazo de transição adequado, para não surpreender pessoas, para não criar insegurança jurídica. Então é com esse espírito que nós estamos analisando todas as propostas.

Eu não considero as medidas fracas, basta ver a reação de vários Parlamentares aqui e de vários analistas de imprensa. Concorro com o senhor, o gasto com pessoal do Legislativo é o que está mais sob controle. No caso do Executivo, cabe a mim mencionar, houve uma ampliação também de efetivo, principalmente na educação. Houve aumento do número de funcionários na ativa devido principalmente à expansão das redes de universidades, às novas instituições,



como institutos técnicos e universitários. Foi ampliado tanto o valor quanto a quantidade.

O Deputado Caio Narcio perguntou sobre algumas coisas que eu deixei de responder. Na questão dos Ministérios, Deputado, a meta que nos foi dada para trabalhar é a redução de dez Ministérios. Nós fizemos vários cenários possíveis de redução de dez Ministérios, e, como o senhor sabe, temos várias combinações, como vemos no debate na imprensa. Agora, essa é uma decisão final que cabe à Presidente da República. Então não cabe a mim dizer qual é o número. Eu posso dizer que a proposta continua sendo de dez Ministérios e que se está vendo qual é a melhor composição. Mas essa é uma decisão que vai ser anunciada por quem define o número de Ministros, por quem define quem são os Ministros, que é a Presidente da República.

Quanto aos cartões corporativos, sou completamente a favor da transparência. Eu creio, posso estar engando, que há essa transparência no Portal da Transparência. Sobre alguns cartões talvez não haja transparência devido a motivos de segurança, e eu não sei tecnicamente defini-los. Mas, no que se refere aos cartões corporativos dos Ministérios, eu acho que é determinado ali quanto se gasta. A minha impressão — vou checar esse número para V.Exa. — é de que esses gastos têm caído também. Mas nós vamos detalhar isso. É mais um item para aprimorarmos o nosso boletim de custeio.

Quanto à questão do erro, quero ser bem preciso: o Governo fez o que a lei manda, apresentou um orçamento com base no cenário macroeconômico, na legislação vigente, como manda a Constituição. Essas duas condicionantes resultaram no déficit. Como nós não estávamos, nem estamos, confortáveis com a situação deficitária, imediatamente continuamos a trabalhar em novas medidas, só que a amplitude e a profundidade dessas medidas exigiam entrar em algumas áreas que não estavam no plano inicial do Governo. Isso é fato. Para isso, nós ouvimos várias pessoas, inclusive as sugestões do Congresso Nacional, através da Consultoria, e aí construimos, diante de todas as alternativas que haviam, uma nova proposta para eliminar esse déficit e ter superávit no próximo ano.

Então, atuamos nesse sentido. Ninguém está em situação confortável com o déficit, ninguém está em situação confortável ao ver sua nota de crédito rebaixada.



Nós estamos trabalhando dia sim e no outro também para reverter isso. Só que agora nós estamos entrando numa outra fase, em que, como a maior parte do Orçamento é gasto obrigatório, determinado por lei, mudanças exigem uma discussão sobre alteração legal e tramitação no Congresso Nacional, o que eu acho correto. Acho que a solução demora mais, mas, quando sai, é mais duradoura e melhor formatada. É melhor isso do que uma solução só administrativa.

Sobre qual é a palavra, se é mentira ou se é coragem, eu acho que adotar as políticas necessárias para o reequilíbrio fiscal, mesmo que elas tenham impactos impopulares no curto prazo, é, sim, uma atitude de coragem. Ser capaz de revisar o seu diagnóstico, de admitir que aquele diagnóstico no passado não está necessariamente coerente com a realidade econômica de hoje também é uma atitude corajosa. Obviamente, essa é uma interpretação pessoal que eu tenho, e entendo que possam ter interpretação diferente.

Deputado Edmilson Rodrigues, sobre a questão da dívida, uma coisa é quem tem a dívida, quem comprou os títulos públicos, e quanto a isso realmente há sigilo bancário. Não posso saber qual é a aplicação de cada pessoa aqui nesta sala, se comprou uma NTN-B, uma LFT ou um título do Município de São Paulo. Essa é uma decisão pessoal e nesse caso há o sigilo bancário. O que originou a dívida, o que levou o Governo a emitir a dívida é um déficit. Como o senhor bem colocou, déficit total, déficit nominal o Brasil tem há muito tempo, até porque o valor do pagamento de juros já foi muito mais alto. Este ano está previsto o percentual de 8%. Na época da crise de 1998 e 1999, com a variação cambial, ele chegou a mais de 10% do PIB. Este ano a previsão é 8% do PIB. E o que gerou a emissão da dívida, o que gerou o déficit pode ser identificado, rastreado.

Por exemplo, houve um déficit em 1999, quando a variação cambial foi muito grande. Naquela época o Governo emitia muito título interno indexado ao câmbio. Hoje, uma parte que gera o déficit, deste ano, são as operações de *swap* cambial do Banco Central. Tem-se a operação de *swap* cambial, e, na hora em que o dólar sobe, o Banco Central tem que cobrir essa depreciação. Isso gerou um gasto no primeiro semestre de quase 60 bilhões, quase o dobro do déficit que estava projetado inicialmente para o ano passado.



Então, pode-se mapear para o ano seguinte, pode-se mapear o que gera a dívida. É nesse sentido que eu falei; pode ser auditado o que gerou o aumento da dívida. Agora, quem detém, quem depois comprou esse título, aí realmente é uma questão de sigilo bancário — aliás, dependendo do título; a não ser que seja um título emitido como um acordo ou alguma coisa que a lei permite que se identifique.

Quanto à CPMF, como qualquer imposto indireto, ela tem um grau de regressividade. Isso, infelizmente, é um atributo do imposto. Como eu falei, nós não proporíamos esse imposto, sabendo de todos os defeitos e problemas que ele tem, se não achássemos que os benefícios são maiores do que esses defeitos. Neste momento, é importante recuperar o resultado primário do Governo para completar o esforço de reequilíbrio macroeconômico, mesmo que isso incorra em imposto que tenha regressividade, como V.Exa. apontou. Mesmo com essa regressividade, nós achamos que os benefícios trazidos, especialmente a arrecadação, são maiores que as distorções que eles possam causar.

E, para dar um exemplo, porque nós não achamos essa uma solução ideal, só a sugerimos porque a realidade fiscal assim demanda, nós fizemos isso de maneira temporária. Há várias propostas de fazer isso de maneira permanente. Nós não achamos que esse deve ser um imposto permanente.

Na questão regressiva, eu concordo com o senhor. Quer saber qual é a minha opinião? Nós colocamos agora o imposto para aumentar a tributação sobre ganhos de capital. No caso de imposto sobre grandes fortunas, nós avaliamos, não temos esse diagnóstico de que uma alíquota de 5% geraria esse imposto. A evidência no mundo mostra que, com imposto sobre estoque, sobre grandes fortunas, não se arrecada muito, e na verdade isso leva a uma evasão de capital. O imposto mais apropriado para grandes fortunas é o imposto sobre herança, que, no caso brasileiro, já existe, é uma atribuição dos Estados; ou, se for transferência de bens *inter vivos*, é uma atribuição do Município. E hoje ele é linear, não tem progressividade. Ele pode ter uma progressividade, mas esta é uma matéria de legislação municipal e estadual. A Constituição reservou esse imposto para transferência de ativos, seja por herança, seja *inter vivos*, para os Municípios e os Estados, e há uma discussão sobre isso, pelo que sei, no Senado Federal.



A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu gostaria de agradecer o comparecimento ao Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Nelson Barbosa, à Secretaria de Orçamento Federal, Esther Dweck, e a toda a sua equipe técnica, bem como aos Srs. Parlamentares.

Informo que estão confirmadas as seguintes reuniões para amanhã, dia 30 de setembro: reunião do colegiado de Líderes, às 13 horas, e reunião deliberativa, às 14 horas, neste plenário.

Está encerrada a reunião.